



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 741 - DE 8 A 21 DE JUNHO DE 2025 - R\$ 5,00



Realizado o ato dos 90 anos do Partido Operário Revolucionário da Bolívia



Todo empenho em reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional

Decomposição mundial da ordem capitalista

Somente a classe operária pode enfrentar as tendências bélicas e as guerras em curso, encarnando o programa da revolução social

Estado sionista de Israel avança em seu objetivo de anexar a Faixa de Gaza e a Cisjordânia

Reerguer o movimento mundial pelo fim imediato da intervenção militar israelense e pela autodeterminação da nação oprimida



Somente a classe operária pode enfrentar as tendências bélicas e as guerras em curso

Israel intensifica sua guerra de dominação sobre a Faixa de Gaza. O Líbano continua a ser bombardeado pelas forças israelenses. Os Estados Unidos ameaçam o Irã com uma ofensiva militar. Fracassaram as tentativas de acordo para pôr fim à guerra na Ucrânia. A Alemanha se coloca na dianteira de armamento contra a Rússia.

A Índia e o Paquistão arrefeceram os ataques, sem, contudo, pacificarem seus velhos conflitos em torno da Caxemira. No Sudão e na República do Congo, as forças em choque se mantêm em pé de guerra. Nos Estados Unidos, as Forças Armadas se encontram reforçadas e mobilizadas na fronteira com o México, para imporem as medidas do governo Trump contrárias aos imigrantes. Não é desprezível a ameaça de intervenção no Canal do Panamá.

A notícia de que o Pentágono tem um projeto de construção de um “sistema intercontinental de defesa”, denominado Domo Dourado, capaz de interceptar mísseis em terra, mar e espaço alarmou a Rússia e a China. Ambos consideraram o projeto um sinal de desenfreada corrida armamentista. Chamou atenção a prepotência de Trump em oferecer tamanha proteção ao Canadá, caso passasse a fazer parte dos Estados Unidos. As anexações do Canadá e da Groenlândia são uma questão em aberto. O imperialismo norte-americano retoma assim o antigo objetivo de militarizar o espaço idealizado pelo governo Reagan nos idos dos anos 1980.

A OTAN decidiu reforçar as “metas de capacidade” de defesa aérea e forças terrestres. As potências em geral passaram a aumentar os seus orçamentos militares. Em especial, a União Europeia decidiu pelo rearmamento. O Banco Europeu está ávido em financiar o armamentismo. O investimento no complexo militar-industrial caminha em passos largos. Deu um salto entre 2023 e 2024, passando de 77 bilhões de euros para 102 bilhões. Elevou-se a sua lucratividade. A Polônia tem sido apresentada como modelo de segurança. Atingiu o mais alto ponto do orçamento militar, acima de 4%, quando Trump exige 5%. Aspira que a União Europeia tenha uma cobertura nuclear própria. O seu território é livre para os Estados Unidos instalarem suas tropas e aparatos bélicos. O objetivo mais claro, ou seja, declarado, é o de se preparar para uma guerra com a Rússia, acusada de expansionista. Mas, nesse marco, os Estados Unidos e Europa têm em mira a China.

A Rússia, em guerra na Ucrânia e afrontada pela aliança imperialista europeia, está voltada, em grande medida, a movimentar sua indústria bélica. A China vem potenciando seu arsenal, acossada pela guerra comercial dirigida pelos Estados Unidos e pelo conflito em torno a Taiwan.

O recente acordo comercial de Trump com a Arábia Saudita e os Emirados Árabes inclui a denominada segurança. A Arábia Saudita é o quinto país na escala de gastos militares, estando abaixo dos Estados Unidos, da China e da Índia e acima do Reino Unido. A reaproximação do Reino Unido com a União Europeia foi justificada pela necessidade de segurança do velho continente. O Japão e a Coreia do Sul seguem a mesma linha. Destaca-se na Ásia, o crescente armamento da Índia, o terceiro país em dispêndio com a maquinaria bélica. Voltou-se, no âmbito da escalada militar, ao espectro das armas nucleares.

Todos os governos afirmam que estão à procura da segurança nacional. A Europa se diz ameaçada pela Rússia. A Rússia

se diz ameaçada pelo cerco da OTAN. Israel se diz ameaçado existencialmente pelo Irã e pelos Estados Árabes. Taiwan entrou na corrida armamentista para se defender de uma possível invasão da China. Na América Latina, os militares brasileiros querem ampliar seu orçamento em nome de que todos estão se rearmando, já que não se tem em vista uma pugna fronteiriça.

Em 2023, os gastos militares em nível mundial foram de 2,443 trilhões de dólares, um aumento de 6,8% em relação a 2022. Estados Unidos, China e Rússia lideraram o impulso. Com a decisão da União Europeia de ampliar seus recursos militares, com um plano de gasto da ordem de 800 bilhões de euros, o reforço à indústria militar será significativo.

É necessário assinalar que as condições financeiras dos países que mais aplicam no complexo militar não são saudáveis. Na Europa, vários países importantes como a França, Itália, Espanha e Reino Unido ultrapassaram os 100% do PIB. Os Estados Unidos arcavam com uma dívida de 122,30% do PIB em 2023. A China aumenta o seu endividamento. Em 2024, elevou-se para 88% do PIB. O impulso ao armamentismo expressa o agigantamento do parasitismo econômico e financeiro. É um indicador das contradições mais profundas do capitalismo da época imperialista, de sua decomposição e de potenciação da barbárie.

As crescentes atividades bélicas e as guerras na Europa (Ucrânia) e no Oriente Médio (Faixa de Gaza) se combinam com a guerra comercial. As guerras de dominação implicam partilha e anexação. De conjunto, refletem o desmoronamento da ordem internacional estabelecida após a Segunda Guerra.

Os Estados Unidos estão no centro da crise mundial. Materializam a magnitude das disputas econômico-comerciais e da corrida militar. Necessitam do esmagamento do povo palestino e da posse do que resta de seu território pelo Estado sionista de Israel. Essa imposição poderá fortalecer sua posição de domínio no Oriente Médio. Necessitam de um acordo na Ucrânia que lhes garanta uma posição de força na Europa e perante a Rússia. Necessitam fortalecer sua máquina militar para se impor à China. Necessitam se defender da decomposição do capitalismo e de seu declínio como potência hegemônica descarregando a crise sobre as massas e as nações oprimidas.

A poderosa potência vem se valendo de medidas de força econômica e dos métodos militares. As demais potências imperialistas, principalmente, as europeias, seguem o curso traçado pelos Estados Unidos. A China e a Rússia estão sendo forçadas a se chocar com essas forças dominantes. Mas, como Estados imersos nas relações capitalistas de produção e de comércio, não poderão impedir o avanço das tendências bélicas. Acabam por fazer parte do processo desintegrador do capitalismo.

O combate à burguesia imperialista se dá no terreno da luta de classes. O que se dá contra qualquer fração da burguesia. Somente a classe operária, pelo lugar que ocupa nas relações de produção, pode combater as tendências bélicas em curso.

Não tem ainda se levantado devido à ausência das direções revolucionárias. Forçosamente, reagirá assim que o horizonte das guerras se ampliarem. A tarefa nesse momento é a de levantar as bandeiras que levam as massas a se confrontarem com a dominação imperialista, a responderem aos ataques às suas condições de existência e desenvolverem uma linha programática própria diante das guerras. A vanguarda consciente tem o dever de dedicar todas suas forças para reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Crise do IOF

Governo Lula se esgarça sob a pressão do capital financeiro e o cerco da oposição

Está posta a luta dos explorados contra as medidas antinacionais e antipopulares negociadas no Congresso Nacional

Depois do escândalo de corrupção e ladroagem no INSS, quando ainda ecoa, sobreveio o conflito do governo com os banqueiros, os especuladores e a oposição parlamentar. Esses dois acontecimentos expuseram as debilidades políticas do governo de frente ampla.

No primeiro caso, os descontos milionários feitos clandestinamente pelas associações e sindicatos na folha de pagamento dos aposentados levaram à queda do ministro da Previdência, Carlos Lupi, do PDT. Esse desfecho resultou no rompimento dos pedetistas com o governo Lula. Tudo indica que o PDT se juntará à oposição de centro-direita. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) caminha vagarosamente, mas poderá ser utilizada ao bel-prazer da oposição, a depender do andamento da crise política. Somente não ganhou dinamismo porque as falcaturas montadas no INSS começaram no governo Temer e tiveram continuidade no de Bolsonaro, indo explodir no colo do governo Lula.

Nem bem esfriava a ofensiva da oposição no terreno da denúncia sobre a responsabilidade do ministério da Previdência, o ministro Fernando Haddad provocou uma onda de furor ao apresentar o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Os ministérios da Fazenda e Planejamento, controlados pelo PT e MDB, chegaram à conclusão de que não poderão garantir a meta de controle do déficit primário previsto no Arcabouço Fiscal.

A revisão feita bimestralmente sobre o orçamento do governo federal revelou um avanço do déficit, de forma que Fernando Haddad e Simone Tebet se viram na contingência de acionar o IOF, para cobrir parte do rombo primário, que corresponde à diferença entre a arrecadação e os gastos, excluindo o dispêndio com os altos juros da dívida pública. Evidentemente, se somar o volumoso pagamento dos juros, o déficit se eleva às alturas.

A manobra contábil de pôr de lado a carga tributária despendida pelo Tesouro Nacional dos gastos ditos primários no final das contas apenas serve para pressionar o governo a diminuir o déficit ou então alcançar um superávit para garantir o pesado encargo da dívida pública que está em R\$ 9,1 trilhões em abril, correspondendo a 76,2% do PIB. Descontando ativos do governo, a dívida líquida chegou a R\$ 7,4 trilhões. O critério utilizado pelo FMI é o da dívida bruta.

O capital financeiro e o Banco Central seguem essa norma para exigir do governo de plantão um rigoroso ajuste e controle fiscal. Não admitem aumento da carga de impostos que prejudique a sua lucratividade. O ciclo de elevação da Selic, que atingiu a marca de 14,75%, agrava o peso da dívida pública no Orçamento da União. Calcula-se que o montante de juros foi de R\$ 948,5 bilhões ao ano, correspondendo a 12 meses em março de 2025.

A pressão do capital financeiro e dos credores da dívida pública é para que o país alcance um superávit primário de 2,5% do PIB. Em 2024, as contas públicas exibiram um déficit de R\$ 14,5 bilhões, ou seja, 0,1% do PIB. O governo Lula se mostrou seguro de que estaria cumprindo a meta do Arcabouço Fiscal, que estabelece uma margem de déficit de 0,25%, que pode variar um pouco para baixo ou para cima. Agora, se verifica que a Selic de 14,75%

agravou a dívida pública, aumentando a carga de juro a ser paga pela União, e que outros gastos se acumularam, como é o caso dos precatórios.

O controle do déficit público sem que se aumente impostos implica cortes de gastos. Desde que se constituiu o novo governo, o capital financeiro aumentou as exigências para que se ampliassem os cortes orçamentários. O problema para Lula está em que cumprir essa diretriz resulta em atacar os assalariados, aposentados, pensionistas e desempregados, bem como a maioria dos servidores públicos. Os programas assistenciais são a âncora eleitoral do governo petista, que se mascara de nacional-reformista. Eis por que reluta em alterar mais ainda o critério de reajuste do salário mínimo e seu vínculo com o reajuste das aposentadorias e pensões.

Os representantes do capital financeiro acusam que a correção real do salário mínimo e a indexação da Previdência e dos gastos sociais, bem como a correção salarial dos servidores, o abono salarial, a regra do gasto mínimo da saúde e educação e o dispêndio do repasse ao Fundeb, são os responsáveis pela crise fiscal. Com esse diagnóstico, o capital financeiro vem colocando o governo Lula contra a parede. A oposição no Parlamento e nas instituições da burguesia (Federações, Associações empresariais) reagem politicamente a qualquer medida governamental que não siga esse receituário. A disputa eleitoral está posta, apesar de as eleições presidenciais ocorrerem em outubro de 2026.

A oposição cerca o governo no parlamento e o trata como um refém amarrado pelo pescoço. O clamor oposicionista provocado pelo anúncio do aumento do IOF é evidentemente exagerado, uma vez que a parcela do capital atingida é a mais privilegiada e é a que mais ganha com os juros da dívida pública. Os R\$ 20 bilhões previstos na arrecadação do novo IOF são um valor diminuto se comparado com os R\$ 948 bilhões que a União paga de juros e os R\$ 544,5 bilhões de isenções fiscais, que, segundo Lula, são R\$ 800 bilhões.

O IOF incide sobre operações financeiras internacionais, como transferência de valores referentes a aplicações de fundos no exterior, envio de recursos a brasileiros que aplicam no exterior, compra de moedas em espécie, cartões de crédito e débito internacionais etc.

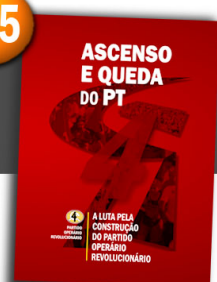
O governo acabou cedendo aos ataques, recuando nas alíquotas do IOF quanto às aplicações de fundos nacionais no exterior e às remessas ao exterior voltadas a investimentos. No entanto, a

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



manobra serviu apenas para o governo negociar com o presidente do Senado e da Câmara de Deputados uma saída para o impasse. Os parlamentares de oposição foram taxativos em propagandear que derrubariam o projeto do governo. Em seus cálculos, está a preservação das bilionárias emendas parlamentares. A imprensa lembrou a derrota de Lula em seu segundo mandato quando a tentativa de prorrogar o imposto do cheque (CPMF) foi barrada.

Os presidentes do parlamento se arvoraram como mediadores entre o governo, de um lado, e a Febraban e grandes bancos, de outro. A discussão em torno ao IOF e às alternativas de contenção do déficit público ainda estão em curso. Haddad espera que os parlamentares discutam e contribuam para a solução do conflito político. Apresentou à imprensa 7 pontos, entre eles, obstaculizar a complementação da União ao Fundeb, sujeitar os pisos mínimos constitucionais de saúde e educação às regras do Arcabouço Fiscal, avançar a reforma administrativa, taxaço de criptomoedas e bets, revisão das isenções etc.

No fundamental, está claro que o governo, parlamento, banqueiros e grandes empresários estão de acordo em que a dívida pública deve ser preservada e com ela o fabuloso parasitismo financeiro que arranca anualmente um montante de juros na casa de R\$ 948 bilhões, ou seja, cerca de 6% do PIB.

Aproveitando o alvoroço causado pelo IOF, setores do grande capital exigem que o governo reduza sua intervenção na economia, contendo os gastos com os serviços essenciais e programas sociais e assistenciais, de forma a impedir que as medidas monetárias sejam atingidas pelas ações fiscais expansionistas. Consideram que o crescimento econômico e o aumento dos empregos resultam em inflação e Selic elevada. Os interesses do capital financeiro e das corporações industriais têm de estar acima das necessidades mais elementares da população. Resistem a qualquer medida governamental que procure diminuir o ataque direto à vida das massas.

A classe operária e os demais explorados se mantêm passivos devido ao bloqueio das direções sindicais, que se encontram

subordinadas ao governo burguês de Lula e adaptadas ao jogo da democracia oligárquica. Está colocada, objetivamente, a necessidade de responder à crise econômica e política com o programa e os métodos próprios do proletariado.

O ponto de partida está em rejeitar qualquer medida antinacional e antipopular. A rejeição por meio da democracia operária e da mobilização das massas certamente se confronta com os interesses e as ações do capital financeiro e, portanto, da burguesia como um todo, incluindo o imperialismo. Por esse caminho, se coloca a bandeira de não pagamento da dívida pública, nenhum real para o pagamento de juros da dívida, eliminação de todos os privilégios despendidos pelo Estado ao grande capital industrial, agroindustrial, comercial e financeiro.

É por meio dessa luta que os explorados entenderão e caminharão no sentido do programa de expropriação, estatização e controle operário da produção. Essas medidas correspondem à luta independente da classe operária contra o Estado e os governos burgueses, sob a estratégia do governo operário e camponês, expressão governamental da expropriação da burguesia e estabelecimento da ditadura do proletariado contra a minoria exploradora e o imperialismo.

Na atual situação, está posto organizar essa luta sob a bandeira da Oposição Revolucionária ao governo burguês de Lula. Está posta a campanha pela convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua. Esse embate com o governo Lula e a burguesia coloca a defesa da independência do movimento operário, portanto, de seus sindicatos perante todas as variantes da política burguesa.

O capitalismo só tem a oferecer maior concentração de riqueza nas mãos da minoria e expansão da pobreza e miséria para a maioria. A vanguarda com consciência de classe tem de responder aos planos macabros das contrarreformas ditadas pelos governos Temer e Bolsonaro, bem como as que vêm sendo traçadas pelo governo Lula e pelo parlamento oligárquico.

Lula autoriza a privatização do Metrô de Recife

Que as Centrais sindicais, sindicatos e movimento estudantil e popular organizem a luta unificada contra a privatização do Metrô de Recife!

No dia 22 de maio, foi publicado no Diário Oficial da União a Resolução do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) 324, que autoriza a concessão da gestão, operação e manutenção da rede metroviária do Grande Recife à iniciativa privada. A resolução informa que bens imóveis e ativos necessários para o funcionamento do metrô serão transferidos para o governo de Pernambuco antes da concessão. Desta forma, o governo Lula nem cumpriu as promessas de garantir os investimentos necessários para o funcionamento do metrô, nem retirou o metrô do Plano Nacional de Desestatização (PND).

Em resposta, a direção do Sindmetro (PCdoB) convocou assembleia para o dia 29 de maio, onde foi aprovado o estado de greve contra a privatização. A direção do Sindmetro responsabiliza o governo Lula, cobrando as promessas eleitorais de 2022, quando esta mesma direção conduziu a disposição de luta da categoria à ilusão de barrar a privatização substituindo o governo de ultradireita de Bolsonaro pelo de frente ampla de Lula/Alckmin. Em 2023, a categoria se ergueu em greve para que Lula retirasse a

CBTU do PND, porém as ilusões no governo e o papel da direção governista foram decisivos para fazer a greve definhir.

A direção do sindicato ainda ameniza a responsabilidade do governo burguês de Lula/Alckmin, quando afirma que o metrô de Belo Horizonte/MG foi privatizado por Bolsonaro, sendo que o processo foi mantido em dezembro de 2022 com a cumplicidade do governo de transição e concluído em fevereiro de 2023, destruindo postos de trabalho. O sindicato de BH foi criminalizado, com pagamento de multas e congelamento dos recursos da categoria.

De forma corporativa, a direção enfraquece os metroviários, que deviam ser estimulados a fazer unidade com outras categorias que sofrem o mesmo ataque, como Compesa (Companhia Pernambucana de Saneamento).

A aprovação do “estado de greve” encobre o imobilismo da direção. Estado de greve não é greve, os trabalhadores continuam operando os trens, embora a precariedade seja tanta, que as panes levem à paralisação por conta do sucateamento. A aprovação de estado de greve, sem paralisação do trabalho e pressão política

nas ruas, só servirá para o governo ter tempo para concluir todo o processo de entrega do metrô para o setor privado, sem nenhuma resistência dos trabalhadores ou usuários. A direção do sindicato manobrou junto ao governo para aprovar o Acordo Coletivo Especial (ACE), que estabeleceu a “estabilidade” até novembro de 2026. Algo completamente sem efeito, considerando a expectativa de conclusão do leilão no último trimestre de 2026, segundo publicado no portal do BNDES. A movimentação da diretoria do Sindmetro é para “conquistar” a renovação do ACE por mais dois anos, até 2028, iludindo os setores administrativos com algum remanejamento e deixando os demais trabalhadores completamente desprotegidos.

A privatização só favorece aos capitalistas do transporte e ao capital financeiro, via cumprimento do Arcabouço Fiscal e desnacionalização da estatal. O golpe nos metroviários será brutal. É preciso lutar com unhas e dentes contra a privatização, em defesa da empresa pública e dos seus trabalhadores. Se esse plano se impuser, muitos perderão seus empregos e os que permanecerem sofrerão com a instabilidade no emprego, a precarização das condições de trabalho e a redução dos salários. Para a população, o aumento das tarifas e o funcionamento limitado à garantia de lucro dos capitalistas do transporte. Os governos federal e estadual (Raquel Lyra/PSD) defendem a privatização do metrô como forma de garantir os interesses capitalistas, e para ter apoio popular

utilizam a campanha demagógica de combate ao sucateamento. Outra ilusão! Somente os metroviários, em unidade com outras categorias e usuários do metrô, sob os métodos próprios de luta dos explorados poderão barrar o processo de precarização e sucateamento do metrô.

O Boletim Nossa Classe alerta à categoria para não abandonar seus métodos próprios de luta. Defende a unidade com outras categorias e com a população em defesa do metrô. É urgente que as centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares organizem a luta contra a privatização.

A privatização é parte do pacote de ataques, assim como as contrarreformas (Previdência, Trabalhista, Novo Ensino Médio), o Arcabouço Fiscal e a ameaça de Reforma Administrativa. É urgente a convocação de assembleias e plenárias unificadas, que construam um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisações, piquetes e atos massivos nas ruas contra a privatização, em defesa dos empregos, salários e direitos! Defende a manutenção do metrô 100% público. Que os recursos anunciados pelo governo para “sanear” a empresa no processo de privatização sejam liberados imediatamente para a manutenção e expansão do sistema. Defende, também, a estatização do transporte coletivo privado e a criação de um único sistema de transporte coletivo público e sob o controle coletivo da classe operária, envolvendo rodoviários, metroviários e os trabalhadores usuários.

Ala de Ciro Gomes começa a desembarcar do PDT

0 significado da filiação de Roberto Cláudio ao União Brasil

No dia 03 de junho, numa cerimônia discreta na Assembleia Legislativa (ALECE), o ex-prefeito Roberto Cláudio se filiou formalmente ao União Brasil do Capitão Wagner. O aliado de Ciro Gomes havia se desfilado do PDT no dia 29/05, alegando “complexas circunstâncias locais” e se reunido no mesmo dia com o ex-presidente Jair Bolsonaro que esteve em Fortaleza para um encontro nacional do PL. A saída de Roberto Cláudio é um indicativo do abandono do PDT por parte de sua ala direita.

Nas últimas semanas, Ciro Gomes fez toda uma movimentação para assegurar que o PDT se colocasse no campo da oposição de direita, com candidatura própria em 2026 (Roberto Cláudio) e em estreita aliança com os bolsonaristas. Ocorre que o partido sofre pressão de forças internas aliadas de Elmano/PT, tanto localmente (deputados e vereadores) como nacionalmente (Diretório Nacional). Em vão, desde a saída de Carlos Lupi do Ministério da Previdência, Ciro tenta, junto ao presidente da sigla, que o PDT abandone sua posição de “independência” e passe à oposição ao PT, tanto no plano federal como no estadual. O PDT, por sua vez, mantém-se, ainda que com atritos, na base aliada da frente ampla, uma vez que depende da mesma para sobreviver. Tal aliança nacional, condiciona, inevitavelmente, as muitas alianças estaduais e locais. Eis por que a direção nacional adotou posição de orientar o PDT cearense a apoiar a reeleição de Elmano de Freitas/PT. Ciro e sua ala direita acreditavam que se não pudessem mudar o curso do PDT nacional, conseguiriam ao menos alterar o do estadual. A resistência, porém, mostrou-se maior que a esperada. Ao invés da aguardada migração da ala esquerda para o PSB de Cid Gomes, começou o processo de saídas da ala direita em busca de acomodação em uma nova sigla. A saída de Roberto Cláudio é o prenúncio da saída de Ciro e demais parlamentares como Antônio Henrique, Claudio Pinho, Queiroz Filho etc.



Segundo a imprensa burguesa, a saída de Ciro, que é dada como certa, pode ajudar na imagem do PDT. Fato é que este setor da oligarquia sem qualquer pudor se planeja para ingressar em uma das legendas de direita, inclusive no PL de Bolsonaro. Ciro já recebeu convites para o União Brasil e até para o moribundo PSDB de Tasso Jereissati.

A saída de Roberto Cláudio abre a porteira das desfiliações. A fusão formal com a ultradireita é uma questão de tempo. O repúdio legítimo e natural da maioria dos trabalhadores conscientes deve ser canalizada para uma política de independência de classe; o que não se confunde com o apoio a um setor (esquerda institucional) ou outro (direita reacionária) da burguesia. A tarefa dos explorados permanece a de não se deixar envolver pelas disputas interburguesas, mas erguer seu próprio partido operário e revolucionário e lutar por um governo próprio dos oprimidos (governo operário-camponês).

Resposta à resolução de movimento estudantil do CONEB

preparação para o CONUNE

No jornal Massas n. 740 apresentamos uma resposta à resolução de conjuntura aprovada no Congresso das Entidades de Base da UNE, um congresso que prepara o CONUNE. Agora, damos sequência, apresentando uma resposta à resolução de movimento estudantil aprovada. As três resoluções aprovadas (conjuntura, movimento estudantil e educação) são da direção majoritária da UNE, a UJS do PCdoB.

Os problemas da resolução de movimento estudantil já começam no título: É na sala de aula que se muda uma nação: o fortalecimento das bases para reconstruir o Brasil! Nada está mais longe da realidade. Em uma educação determinada pelo modo de produção capitalista, onde sua forma geral se orienta às necessidades do capital e onde serve ao fortalecimento da ideologia burguesa, é absurdo supor que a mudança possa partir da sala de aula. A mudança da realidade, pelo contrário, se dá através da organização e luta dos explorados contra os exploradores. A luta de classes é o motor da História. A educação no capitalismo só pode ser uma educação castradora das faculdades físicas e intelectuais dos estudantes. Ainda que, assim como na natureza, onde forças de reação surgem a partir de forças de ação, surgem nas escolas movimentos de resistência, contrários às formas de opressão que são sofridas pelos trabalhadores e estudantes. Neste ano de 2025, completa-se 10 anos da longa greve dos professores de SP, que durou 92 dias; completa-se 10 anos da luta heróica dos professores do PR contra os ataques de Beto Richa (PSDB); e completa-se 10 anos das ocupações das escolas pelos estudantes de SP e GO contra o fechamento de escolas e a destruição da educação pública. Esses são exemplos de luta com os métodos da ação direta coletiva dos trabalhadores e da juventude, contra a opressão capitalista nas escolas. A direção da UNE e o partido que a dirige, que não estiveram a frente de nenhum desses movimentos, não reivindicam desses métodos, pelo contrário, se afunda cada vez mais na politicagem burguesa e na conciliação de classes.

O segundo problema do título está na ideia de reconstruir o Brasil, que é o próprio lema do governo federal, mostrando que a direção da UNE mantém de forma ainda mais aberta o seu governismo. Por essa linha, todos os problemas do país devem ser atribuídos aos governos anteriores e, ao governo atual, caberia apenas o árduo trabalho de reconstrução. Isso isenta qualquer ação do governo de frente ampla, já que na condição de reconstrutor trabalha com recursos limitados. É preciso lembrar que o governo Lula não se movimentou para quebrar a espinha dorsal da política econômica dos governos anteriores, mantendo as contrarreformas, o salário mínimo de fome, a terceirização, o teto de gastos (arcabouço) etc. É, portanto, um governo de continuidade.

A direção da UNE inicia sua resolução enaltecendo seu papel na defesa da democracia em geral, destacando a eleição de um governo “comprometido com a vida, com a democracia, com a educação e, principalmente, comprometido com a garantia dos direitos humanos e civilizatórios de toda nação.” Agora, a direção da UNE deve explicar aos estudantes como é que o tal governo comprometido com a educação contingenciou 61% dos recursos das universidades, deixando algumas delas a beira da interrupção das atividades. Apenas neste primeiro parágrafo, a palavra democracia, em geral, aparece três vezes, cumprindo o papel de mascarar para os estudantes o conteúdo real da democracia, que é seu caráter burguês. A democracia que vivemos não é mais que a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada. A tarefa de uma direção política que reivindica dos trabalhadores e da maioria oprimida é desfazer a cortina de fumaça ideológica da burguesia, não reforçá-la.

Ao longo do documento a direção elenca meia dúzia de ações encabeçadas pela entidade nos últimos anos, apresentando cada uma delas como uma vitória. Um número relativamente pequeno de encontros, congresso e debates para uma entidade do porte da UNE. Apresentam essas ações como uma tarefa para reerguer o movimento estudantil depois do período pandêmico. No entanto, o que se vê é a manutenção da passividade estudantil, mesmo diante dos cortes às universidades federais, mesmo diante da fome e da miséria que assola milhões, mesmo diante das ingerências dos prefeitos e governadores nos municípios e estados e mesmo diante do avanço da mercantilização da educação atrelada ao ensino a distância.

É preciso de fato reerguer o movimento estudantil no país, o que não poderá acontecer com a direção governista e conciliadora da UNE. A tarefa da juventude com consciência de classe é superar o burocratismo dessa direção e construir uma nova direção, classista e revolucionária, que organize a luta a partir das necessidades da maioria oprimida do país, vinculando essas necessidades com suas bandeiras estratégicas de superação do capitalismo por um modo de produção superior, o socialismo. Nas universidades, as reivindicações mais imediatas como o fim dos cortes, mais recursos, melhoria das estruturas, ampliação da assistência estudantil etc., devem estar vinculadas a luta por uma universidade livre da burocracia e das direções políticas traidoras, o que pode ser sintetizado na bandeira de um governo tripartite para as universidades, organizado a partir das assembleias gerais universitárias. Os exemplos das lutas na educação em 2015 devem ser assimilados para que a juventude retome o caminho da luta de classes com os métodos da ação direta coletiva e com independência de classe.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**



NOSSA CLASSE

**Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!**

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Junho/2025

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Chega de saque de recursos públicos pelos capitalistas e governo!

Fim do pagamento da dívida pública aos banqueiros parasitas!

O Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou no dia 22 de maio o bloqueio de R\$ 31,3 bilhões do orçamento de 2025. Deixando claro seu objetivo de continuar atacando os trabalhadores, Haddad afirmou que o bloqueio é necessário porque houve um crescimento das despesas com a previdência e o benefício de prestação continuada (BPC), que destina um salário mínimo a idosos e pessoas com deficiência em famílias de baixa renda. É importante lembrar que o governo burguês de Lula e os partidos da oposição burguesa, do Centrão, liderado pelo PL de Bolsonaro, aprovaram recentemente uma lei que limita o reajuste do salário mínimo a 2,5%, reduz para 1 salário mínimo e meio o direito a receber o PIS-PASEP e dificulta o acesso ao BPC. Após a aprovação do ataque, Haddad declarou que foi correto reduzir o aumento do salário mínimo, para que não aumente a aposentadoria e o BPC.

O caráter burguês e patronal do governo Lula fica cada dia mais claro. Lula não só manteve as contrarreformas trabalhista e previdenciária, aprovadas por Temer e Bolsonaro, como está fazendo também suas próprias contrarreformas que atacam os trabalhadores e a população pobre. Tanto o governo de frente ampla

de Lula, como a oposição burguesa liderada por Bolsonaro são defensores do pagamento da dívida pública, que em 2024 foi pago mais de R\$ 800 bilhões de juros aos banqueiros. Isso por que são defensores da propriedade privada e do sistema de exploração capitalista que condena a classe operária e demais explorados ao desemprego e à miséria.

O Boletim Nossa Classe chama a maioria explorada a não ter nenhuma ilusão no governo burguês de Lula, nem na oposição burguesa. A tarefa colocada é a de construir nosso próprio partido, operário revolucionário, que tem como objetivo a expropriação da burguesia do poder e a constituição de nosso próprio governo, operário e camponês. O Boletim Nossa Classe levanta a bandeira de Oposição Revolucionária ao governo Lula. Defende por meio da ação direta e coletiva o programa próprio de reivindicações. Para isso, exige que as centrais e sindicatos rompam com o governo e convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios de rua, em defesa dos empregos, salários e direitos e fim do pagamento da gigantesca dívida pública.

Mercedes-Benz

Empresa SeSé faz descontos indevidos da PLR

Trabalhadores revoltados cruzam os braços!

Os trabalhadores terceirizados da empresa SeSé, que prestam serviço de logística na Mercedes, denunciaram ao Nossa Classe que a empresa divulgou um informativo com o valor da PLR e

que para cada falta injustificada seria descontado R\$ 100,00. Pelo acordo, o desconto referente às faltas seria realizado na segunda parcela, em janeiro de 2026. A empresa, no entanto, fez os descontos na primeira parcela paga em 21 de maio, e com vários erros.

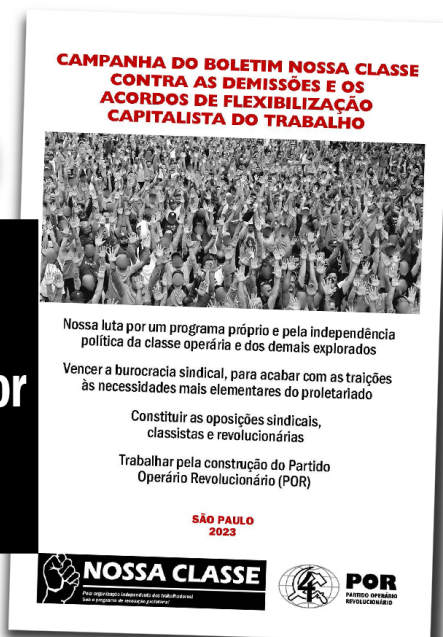
Os companheiros denunciaram que vários trabalhadores foram trabalhar doentes para não perder a PLR e, que devido aos erros nos descontos, o almoxarifado parou, outros cruzaram os braços e muitos foram embora revoltados. Gostaríamos que vocês divulgassem essa sacanagem e a falta de respeito com nós trabalhadores e concluíssem: “precisamos muito de alguém que represente nós trabalhadores porque o descaso dessa empresa é grande”.

A superexploração e descaso, denunciados pelos trabalhadores da SeSé, colocam a necessidade urgente de organizar a luta em todas as fábricas. A terceirização foi a forma dos capitalistas de aumentarem a superexploração do trabalho. Faz parte da contrarreforma trabalhista aprovada por Temer e impulsionada por Bolsonaro e Lula.

O Boletim Nossa Classe combate a terceirização. Denuncia que as direções sindicais não são contra a terceirização. Ao contrário, aceitam os acordos dos patrões que impõem a terceirização. O Boletim Nossa Classe defende o emprego a todos, para isso, defende a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. Hoje, se trata de uma luta nacional. Por isso, propõe que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua, para derrotar as contrarreformas e a terceirização.

R\$5

**Adquira
com o
distribuidor
do Nossa
Classe:**



General Motors impõe um acordo de demissão e põe fim à estabilidade aos lesionados

Direção do sindicato não mobiliza e manobra com um plebiscito

A GM deve agradecer à direção sindical por ter passado por cima da democracia operária

No dia 02 de junho, a GM apresentou aos operários uma proposta que inclui a abertura de PDV e o fim da estabilidade para trabalhadores lesionados.

A direção do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, ligado à CSP-Conlutas/PSTU, em vez de realizar uma assembleia democrática e chamar os operários a rejeitarem a proposta da GM, utilizou um método estranho à democracia operária, instalando urnas na porta da fábrica, para que os operários decidissem sobre a proposta. Ou seja, de forma plebiscitária (Sim ou Não), impôs aos operários essa forma contrária à ação coletiva que se realiza por meio da assembleia. Ao colocar a proposta em votação em urna, a direção sindical passou por cima da democracia sindical, que implica assembleias e decisões coletivas. Isso porque a soma dos votos coletados nas urnas não representa a votação coletiva que ocorre nas assembleias, após ampla discussão sobre a proposta da montadora. A votação individualizada favorece a pressão da multinacional sobre cada um dos operários que está com a corda no pescoço. Somente a assembleia pode responder aos interesses do conjunto dos trabalhadores.

O método da democracia operária é o da realização de assembleias, com direito de expressão dos operários envolvidos, portanto, de discussão e votação coletiva das propostas. No caso de uma proposta como essa de demissão, certamente, haveria posições

contrárias e favoráveis. A direção do sindicato, em vez de recorrer a esse método genuíno da classe operária, se apoiou no método próprio da democracia formal, que vem da democracia burguesa (voto em urna). Pior ainda. A direção do sindicato, que disse ser contra a proposta, ao não utilizar o método da assembleia, não pôde travar um combate às posições favoráveis à aceitação da proposta.

Mesmo com a votação sendo feita por meio das urnas, 30% dos operários ainda votaram contra. Ao todo, foram registrados 2.371 votos. Diante dos resultados, o que restou à direção foi declarar que, apesar de ser contra a proposta, irá respeitar a decisão da maioria. Essa direção da Conlutas já deixou claro que não é contra o PDV, que é um instrumento da patronal.

Esse é mais um exemplo de como age a burocracia do sindicato, traindo os interesses da classe operária e favorecendo os interesses dos capitalistas. Ou seja, diz que é contra a proposta de demissão, não convoca a assembleia, não organiza o combate e, depois, responsabiliza os operários de votarem favoráveis à proposta da montadora. É muito fácil para os burocratas do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos se livrar da responsabilidade e culpar os 70% que votaram a favor da proposta da GM.

Com essa política, a direção do sindicato favoreceu o plano da GM de demissão e fim da estabilidade aos operários sequelados.

Avibras

Chega de distracionismo!

Ocupação imediata da fábrica e a implantação do controle operário da produção!

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, dirigido pela CSP-Conlutas, informou no último dia 26 de maio, um plano "alternativo" de recuperação da Avibras, apresentado pela Brasil Crédito Gestão e Fundo de Investimentos e Direitos Creditórios e aprovado na Assembleia Geral dos Credores, realizada virtualmente. O plano estabelece a destituição do atual proprietário João Brasil e nomeia um interventor. O chamado "plano de retomada" negociado pela direção do sindicato com a patronal prevê os termos referentes ao pagamento das dívidas trabalhistas para pôr fim à greve. O acordo parcela em 48 meses o pagamento dos 25 salários atrasados, além do 13º, férias e FGTS. Prevê ainda a conversão de muitas trabalhistas em 10% das ações da Avibras e fala apenas em garantia de direitos aos trabalhadores que retornarem à fábrica e de somente 90 dias de estabilidade no emprego.

Trata-se de mais um acordo, que é uma traição à classe operária. A patronal que demitiu, atrasou salários e direitos, causando depressão e morte de operários por estarem desempregados e sem salários, impôs seu plano de recuperação e entregou o controle da fábrica para outro burguês, sem nenhuma resistência. Como se vê, é um acordo que não resolve a situação dos operários. O Sindicato está desde 2022 negociando e fazendo o jogo da burguesia, enquanto os trabalhadores amargam o desemprego, uma vida de miséria, pobreza e adoecimentos.

O Boletim Nossa Classe denuncia esse acordo traidor. Tem feito a campanha pela estatização, sem indenização, e pelo controle operário da fábrica. O que implica a ocupação da fábrica e uma luta das centrais e sindicatos pela estatização da Avibras.

Adquira o nosso programa e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelos meios de contato:

- ☎ (11) 9 5446-2020
- 📧 massas.por
- 🌐 pormassas.org
- 📻 anchor.fm/por-massas
- ✉ por@pormassas.org
- 📱 t.me/massas_por

Boletim Nossa Classe

Que os sindicatos rompam com o pacifismo e convoquem a classe operária a ganhar as ruas

Reerguer o movimento internacional pelo fim do genocídio do Povo Palestino!

A Tribuna Metalúrgica do ABC estampou o massacre do povo palestino e pede o fim da guerra. Reproduz o discurso do presidente do Sindicato condenando a barbárie na Faixa de Gaza e defendendo o reconhecimento do Estado Palestino. Não responsabiliza o governo Lula de manter as relações econômicas com o Estado sionista de Israel. Até o momento, não houve nenhum esforço por parte do sindicato em convocar a classe operária e os trabalhadores em geral para ganhar as ruas contra a carnificina. Os atos em São Paulo continuam sendo pequenos, apesar da insistência do chamamento aos sindicatos e movimentos populares.

É preciso, portanto, romper com a passividade das direções sindicais. É dever das Centrais e sindicatos, que se colocam contra o genocídio palestino, convocarem as assembleias para impulsionar as mobilizações nacionais contra a carnificina promovida pelo Estado de Israel e financiada pelos Estados Unidos. O peso da classe operária organizada nas ruas é fundamental, o que implica transformar os discursos inflamados em ação prática.

O que se passa na Faixa de Gaza, o que vem ocorrendo nesses três anos de guerra na Ucrânia e o que se verifica nas dezenas de conflitos na África são reflexos da barbárie social própria do regime capitalista que se decompõe. Diante dessa profunda crise, a resposta está na organização da classe operária e dos demais explorados, com seu programa próprio de reivindicações, para pôr fim à raiz da barbárie, que está no capitalismo. O que implica a defesa da estratégia da revolução social e do socialismo.

O Boletim Nossa Classe trabalha para que as direções sindicais e populares convoquem as assembleias para organizar os operários na luta contra o genocídio do povo palestino. Para aprovar o programa de reivindicações próprio dos trabalhadores, para ganhar as ruas. Sem ação direta e massiva não tem como enfrentar a barbárie social.

Formação política do Boletim Nossa Classe

A luta de classes é o motor das transformações históricas

No capitalismo, a luta de classes entre a burguesia (patrões) e o proletariado

(assalariados) leva ao fim desse regime de exploração e à defesa de uma sociedade sem explorados e exploradores. A burguesia, com seus meios e métodos ora pacíficos e ora violentos, age cotidianamente para impedir que o proletariado e demais oprimidos defendam suas reivindicações por meio da ação direta.

A política de conciliação da burocracia sindical é um dos meios que a patronal e seus governos usam para impedir o levante dos operários. Vemos isso acontecer na luta contra o fechamento da Avibras em Jacareí e da Movente em Diadema. Em ambos casos, em lugar de impulsionar a luta de classes, convocando a assem-

bleia geral dos metalúrgicos da região, e defender a ocupação da fábrica e a implantação do controle operário da produção, a burocracia sindical faz o oposto. Esses pelegos negociam e aceitam os acordos de demissão e de recuperação judicial que beneficiam apenas os patrões.

No entanto, não há como os exploradores e os dirigentes traidores evitarem a luta de classes. Eles podem momentaneamente amortecê-la e desviá-la, mas não podem evitar a potenciação da luta de classes e sua projeção revolucionária a tomada do poder. Para cumprir essa tarefa a classe operária terá de construir seu próprio partido, operário e revolucionário, que tem como estratégia a revolução proletária e a constituição do governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

São Paulo

Atos em Heliópolis contra a ofensiva privatista de Ricardo Nunes e Tarcísio de Freitas

Em 22 de maio, a Secretaria Municipal de Educação, comandada por Fernando Padula, seguindo a determinação do prefeito Ricardo Nunes (MDB), iniciou uma ação para quebrar gestões escolares, estreitar os laços com grupos educacionais privados e avançar com a privatização. Sob a justificativa de melhorar a aprendizagem em escolas municipais com baixo desempenho em avaliações externas, o governo convocou diretoras/es de 25 escolas municipais para um curso, que ocorreria diariamente da semana seguinte até 31 de dezembro de 2025. Uma manobra para remover arbitrariamente diretores concursados e atacar escolas com “projetos político-pedagógicos” diferenciados e/ou com histórico de luta.

A medida foi amplamente rechaçada pelas comunidades escolares e repercutiu na imprensa. Na Escola Municipal de Ensino

Fundamental (EMEF) Presidente Campo Salles, uma das atingidas pela medida e que fica localizada na maior favela da cidade, houve uma reunião emergencial, com a participação de trabalhadores da educação, estudantes, ex-alunos, parlamentares, lideranças comunitárias e dirigentes sindicais, em que se expressou ampla disposição em resistir. Dentre as propostas, esteve a ida da comunidade ao local do curso, junto com a diretora; e a realização de reunião com a comunidade escolar, de audiência pública, e de uma assembleia para discutir a ocupação da escola - esta última, proposta pela Corrente Proletária/POR, foi a única que não se concretizou.

No dia previsto para o início do curso, ocorreu um ato em frente à escola, em que as crianças expressaram sua revolta instintiva perguntando no microfone “cadê o prefeito para eu bater nele?”.

dentre outras afirmações. A direção do ato conteve os instintos de revolta, pedindo cuidado com a violência e declarando que a população votou errado. Por fim, orientou as crianças a irem à aula, pois somente os adultos se deslocariam até a Diretoria Regional de Ensino - Ipiranga, embora os familiares tenham aprovado rejeitar a medida do prefeito. Já na DRE, a dirigente regional recebeu uma comissão em uma reunião de enrolação, visto que a DRE não tem poder sobre uma decisão válida para todo o município.

Diversos nomeados para substituir os diretores declinaram da nomeação. As entidades sindicais e organizações locais realizaram plenárias e atos, mas não convocaram assembleias.

Nesse quadro de ausência de uma resistência centralizada e forte, o governo fez mudanças pontuais, mas não revogou a medida, que compõe o plano de privatização e parcerias.

Junto a isso, em 26 de maio ocorreu uma manifestação contra a privatização do Hospital Heliópolis. O ato convocado pelo Sind-Saúde/SP contou com a participação de representantes sindicais e trabalhadores do hospital, que se mostraram preocupados com o avanço da terceirização e a consequente precarização do atendimento e destruição dos postos de trabalho. Diante do quadro de ataque, as direções sindicais seguem promovendo ações inócuas. A Corrente Proletária interveio no ato defendendo o método da ação direta das massas, afirmando que os governos estão compro-

metidos com a política privatista, pois estão subordinados ao poder econômico. Ressaltou que somente com as greves, ocupações e bloqueios de ruas será possível derrotá-la; e colocando a necessidade dos sindicatos realizarem as assembleias e unificar as lutas dos explorados.



Ceará - Fortaleza

Boletim da Corrente Proletária da Educação

O Boletim traz a denúncia do aumento das gratificações para diretores escolares e coordenadores das CREDES, anunciado pelo governador Elmano de Freitas/PT. Assinala que essa política tem como essência aumentar a perseguição política e o controle sobre os professores. Busca, assim, obter melhores resultados em avaliações externas e inibindo mobilizações como as ocorridas na seleção de temporários. O custo da medida ultrapassa R\$ 1,5 milhão mensais, enquanto que muitas escolas continuam carentes de recursos básicos.

O Sindicato APEOC (PT, PCdoB e PSOL) defende a extensão das gratificações, mas sem mobilização concreta, enquanto a Corrente Proletária critica a política do governador e exige melhores condições de ensino e trabalho.

O Boletim critica a implementação do Novo Ensino Médio, iniciado nos governos Temer e Bolsonaro e mantido por Lula. Antes das mudanças, o "5º tempo" já causava desgaste aos professores e alunos. Com a institucionalização do "6º tempo", a situação piorou, reduzindo os intervalos e prejudicando o descanso e a organização das atividades docentes. A medida é vista como prejudicial à saúde

de dos profissionais e ineficaz do ponto de vista pedagógico, pois prioriza estatísticas em vez da aprendizagem. Também denuncia a ingerência empresarial na educação pública e conclama a comunidade escolar a lutar por melhores condições e uma educação radical e transformadora. Além disso, o governo está atrasando o pagamento da promoção sem titulação, descumprindo acordos com o sindicato, o que reforça a necessidade de mobilização da categoria.

Há ainda denúncias de má gestão e corrupção no ISSEC Saúde, com o favorecimento da empresa Maida Health, bem como, a tendência à privatização do sistema. A solução defendida é a luta coletiva pelo controle dos trabalhadores e a estatização da saúde privada.

Por fim, o Boletim traz uma nota sobre a perda sofrida pelos professores readaptados da EEMTI Antonieta Siqueira, prejudicados por um erro no sistema da SEDUC, que ignorou uma paralisação sindical, impedindo o reconhecimento de suas promoções por titulação. E exige que a SEDUC corrija o erro e conceda esse direito aos docentes.

Ceará

Para que serviu a paralisação do Sindiute de 29 de maio?

No dia 29 de maio, os professores da rede municipal de Fortaleza realizaram sua terceira paralisação mensal. O ato aconteceu em frente à Secretaria Municipal de Educação (SME) e reuniu cerca de 700 professores. Nas escolas, houve grande adesão.

Como de costume, a comissão que subiu para negociar pautas novas e pendentes da última campanha salarial não contou com professores da base, mas apenas de diretores do Sindicato (Art-Sind/PT) e não conquistou muita coisa, salvo promessas da prefeitura de climatização de salas e outros pontos sem muita importância. A categoria segue sem recuperar os direitos perdidos da licença prêmio e anuênio, sem o fim do confisco aos aposentados, sem redução do número de alunos por sala, sem planejamento em local de livre escolha etc.

O que chamou a atenção desta vez foi que o ato teve um caráter abertamente festivo e distracionista, com direito a uma banda contratada pela direção sindical. Além disso, a direção continua a impedir que o ato possa ser democrático, aberto a falas de todos os professores de base.

A direção do Sindiute promete um novo ato para 24 de junho na Câmara Municipal e já comunicou que será ainda mais festivo, em alusão às festas juninas. Além disso, a burocracia continua a atacar o secretário Idilvan Alencar/PDT e a blindar o prefeito Evandro Leitão/PT. É necessário denunciar a despolitização, o distracionismo e a falta de democracia nos atos. É preciso reestruturar a oposição classista do MOB e batalhar por uma direção combativa e revolucionária para o magistério municipal.

Rondônia

Avança a precarização na educação

O governador coronel Marcos Rocha e o prefeito de Porto Velho Léo Moraes estão ampliando a superexploração dos trabalhadores na educação pública do estado e município e avançando os serviços voluntários.

Por cerca de oito anos, o governo de Rondônia não realiza concursos. Vem fazendo os processos seletivos para suprir a falta de profissionais na educação e impondo o mecanismo de voluntariado e contratos temporários. Nos municípios da Zona da Mata, onde a formação docente é realizada pelo campus-Unir de Rolim de Moura, os prefeitos recorrem à exploração e precarização do trabalho docente com a categoria de bolsistas. Estudantes da universidade em formação inicial para docência recebem valores simbólicos pelas bolsas.

O governador lançou um edital para a realização do processo seletivo de composição de voluntários para trabalhar nas escolas através da secretaria de educação. No estado é denominado de “Programa Amigo Voluntário do Educando”, que vai desde as atividades de auxílio à limpeza ao educador social que auxilia o professor em sala de aula. Ao invés do técnico administrativo, foi criado o profissional voluntário de auxílio ao setor administrativo. Assim seguem neste auxílio administrativo o auxiliar contábil, o

auxiliar em recursos humanos e o auxiliar de transporte escolar. Esses voluntários no estado recebem ajuda de custo de R\$ 70,00 ao dia.

O prefeito atual segue o que já existia na gestão anterior, apenas troca o nome para “Unidos pela Educação” e aumenta a ajuda aos voluntários para R\$ 80,00 por 4 horas de trabalho para auxiliar o professor em sala. Também os prefeitos anteriores criaram o sistema das horas-extras para suprir a falta de trabalhadores em educação, causando disputas no interior das escolas entre os professores que necessitam completar os salários com as tais horas-extras.

Certamente, conforme avançam a precarização e a superexploração, mais trabalhadores são acometidos por doenças físico-mentais. Não por acaso, tem crescido as readaptações, licenças saúde e até mesmo as mortes precoces.

A Corrente Proletária da Educação (POR) denuncia a política dos governantes de sucateamento da educação e de criação das modalidades de voluntariado e horas-extras. E defende que as direções sindicais rompam com a política de colaboração de classes e organizem a luta contra toda sorte de superexploração do trabalho. O que implica a luta consequente pelo piso salarial capaz de manter a família trabalhadora.

Rondônia – Porto Velho

Prefeito, vereadores e direções sindicais armam teatro com a aprovação do piso do magistério

No dia 03 de junho, as três direções dos sindicatos, Sintero, Sinprof e Sindeprof, que comportam filiados do município, convocaram os trabalhadores da educação para a Câmara de Vereadores. O objetivo foi o de acompanhar a votação do projeto de lei que “garante” a aplicação do piso do magistério na carreira dos professores, a extensão do reajuste anual e a concessão de 10 dias de recesso ao final do primeiro semestre para técnicos educacionais.

Desde o início do ano letivo, as burocracias sindicais fizeram de tudo para que não houvesse a luta grevista. Alimentaram a ilu-

são nas “mesas de negociação”, que não passam de reuniões intermináveis de enrolação. Agora, diante da votação favorável dos vereadores, cantam vitória.

A Corrente Proletária denunciou a política traidora das direções sindicais. Defendeu a organização da greve, no momento em que havia disposição de luta dos trabalhadores da educação. E chamou a vanguarda descontente com a conduta das direções sindicais a constituir uma oposição classista e independente dos governos, para recuperar os sindicatos para a luta.

Rondônia

Rejeitar a conduta da burocracia acadêmica da UNIR de retirar dinheiro da universidade para financiar a “Rondônia Rural Show Internacional (RRSI)”

Desde o mês de abril, docentes e estudantes da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) criticam a conduta da Reitora Marília Pimentel que não limitou esforços quanto ao investimento na participação da feira internacional do Agronegócio, que aconteceu na última semana de maio.

A UNIR padece há anos de condições de infraestrutura para atender ao ingresso e permanência dos estudantes, dificultando os estudos, trabalho e permanência na universidade. Mas, a Reitora Marília Pimentel decide destinar gastos volumosos com a 12ª edição da “Rondônia Rural Show Internacional”.

Trata-se de um evento da burguesia agrária, portanto, não diz respeito à população pobre e aos professores e estudantes da universidade. A burocracia acadêmica e seu círculo de professores vinculados aos cursos de ciências agrárias de Rolim de Moura

comparecem com aportes financeiros e o utilizam para a divulgação de tais cursos.

A Corrente Proletária denuncia a utilização dos recursos, que já são miseráveis, para patrocinar uma iniciativa do agronegócio, que vem desmatando a Amazônia, expulsando os camponeses pobres e desferindo uma brutal repressão aos povos indígenas. Está aí por que é preciso levantar a bandeira da autonomia universitária, para que nenhuma decisão parta da política da burocracia acadêmica, mas sim das assembleias gerais dos três setores – professores, funcionários e estudantes. Diante dessa decisão de usar recursos da universidade em favor dos interesses do agronegócio e dos latifundiários, é preciso que as entidades estudantes convoquem as assembleias para combater mais essa conduta da direção da UNIR.



São Paulo

Assembleia e ato na Av. Paulista, sob controle da burocracia sindical

A Corrente Proletária interveio no Conselho Estadual, que antecedeu a assembleia, por meio da banca de materiais, Boletim da Corrente e intervenção no plenário. Publicamos a parte de avaliação da campanha salarial e uma nota sobre o golpe da burocracia na subsele Oeste-Lapa.

Sem a greve, o governo ultradireitista continuará de mãos livres para atacar a Educação, os serviços públicos, os trabalhadores e estudantes

O governo estadual tem intensificado sua onda de ataques à Educação: o fechamento de salas, atingindo principalmente os cursos noturnos; a expansão do PEI (ensino integral); a remoção de diretores de escola, supostamente por “resultados insatisfatórios”; a imposição da Avaliação 360 às escolas de ensino regular e, mais recentemente, o vínculo entre os lançamentos na Sala do Futuro e o pagamento, enfim, esse conjunto de medidas têm reforçado o caráter privatista, autoritário e destruidor do ensino do governo ultradireitista de Tarcísio e Feder. A categoria acumula vários problemas, como o arrocho salarial, o adoecimento, a retirada de direitos, péssimas condições de trabalho, entre outros. A situação objetiva empurrar o professorado à mobilização.

De fato, nas escolas há muita insatisfação. O problema se encontra na organização da resistência, devido à política imobilista da direção da Apeoesp. A principal preocupação dessa direção no primeiro semestre foi impedir que a greve da categoria fosse aprovada. Assembleia após assembleia trabalhou para conter o instinto de revolta que se expressava desde as escolas, atuando para desviar a insatisfação ao campo do eleitoralismo e da confiança nas instituições da burguesia (Justiça e Parlamento). O discurso de que era necessário “construir” a greve revelou, na prática, o seu verdadeiro conteúdo: arrefecer a mobilização e bloquear o caminho da ação direta.

A direção burocrática, que engloba os agrupamentos que romperam com a oposição (Resistência-PSOL, Conspiração, TLS etc.), fez de tudo para impedir a greve, pois temia a generalização de um levante da Educação, e que isso acabasse atingindo o governo de frente ampla de Lula e Alckmin. Simultaneamente à luta dos estaduais de SP, foram desencadeados movimentos dos trabalhadores da Educação na capital paulista, no Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Pará, entre outros. Em outras palavras, sacrificaram a luta dos trabalhadores para defender um governo burguês. Daí se vê a falsidade do discurso contra o “fascismo”: pouparam o ultradireitista Tarcísio, em nome da governabilidade de Lula.

Neste momento, a burocracia sindical desloca o foco da campanha salarial para a iniciativa da Frente Brasil Popular (PT) e Povo Sem Medo (PSOL) em torno de um plebiscito popular. Fez aprovar no CER do dia 23 de maio a criação de comitês nas subselees da Apeoesp para coletar votos. Portanto, conclui a campanha salarial do primeiro semestre com um plebiscito distracionista. Desse

modo, deixa o governo de mãos livres para continuar atacando a categoria. Não à toa, Tarcísio e seu aliado Nunes avançam em seus planos de privatização. O resultado dessa política será desastroso para a Educação, para os trabalhadores e estudantes, aprofundando a precarização.

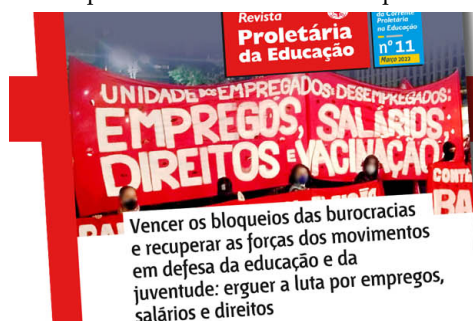
É possível reverter esse quadro. O caminho para isso é a retomada da mobilização. Sem a greve, a categoria continuará sendo golpeada pelos governos e pela burguesia. A luta conjunta de trabalhadores e estudantes nas comunidades ameaçadas pela expansão do PEI demonstrou que existe disposição de luta. Mostrou também que o caminho da unidade é o único que pode conduzir à vitória – daí a necessidade, inclusive, de ampliar esse combate de frente única, estabelecendo uma aliança com outros setores atingidos pela privatização, pelo arrocho salarial e pela precarização, ou seja, unificando os explorados de modo geral a partir de suas reivindicações elementares, de emprego, salário e direitos. Daí a proposta da Corrente Proletária na Educação da convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos massivos de rua.

Que manobra vergonhosa!
A Chapa 1 (PT e PSOL) passou por cima do resultado das eleições

Nas eleições de 26 de maio de 2023, venceu a Chapa 2, Oposição Combativa, na Subsele Oeste-Lapa. Formou-se a Executiva Regional com maioria da chapa vencedora. Desde esse momento, a Chapa 1, inconformada com a derrota, não tem dado sossego. No final do ano passado, transferiu um militante do Conselho Estadual, eleito em outra regional, para a Subsele Oeste-Lapa, para compor a Executiva. Não bastando essa trama, agora, faltando dois meses para a eleição de delegados para o Congresso da Apeoesp, e pouco mais de um ano para as novas eleições do sindicato, fez a manobra de substituir uma de suas conselheiras, que assumiu o posto na direção estadual, por outro militante de sua chapa. Desrespeitando, assim, a ordem de substituição dos conselheiros, referendada pela própria diretoria logo após as eleições. Por meio dessa falcatura, a Chapa 1 consegue a maioria na região.

Essa vergonhosa manobra foi aprovada no dia 23 de maio no Conselho Estadual, instância em que a Chapa 1 tem a maioria, apesar da acirrada discussão levada à cabo pela militância da Chapa 2. Veja a que ponto chegou o PSOL! A corrente Articulação/PT utilizou dois conselheiros do PSOL para que esses assumissem o golpe contra os professores da subsele Oeste Lapa.

A Corrente Proletária/POR, que integra a Chapa 2, denuncia essa manobra, que é própria de burocracias que não respeitam as decisões democráticas dos professores. E chama as correntes que se reivindicam da democracia sindical a rejeitarem esse jogo sujo e miserável, estranho aos princípios elementares de um sindicalismo classista, de luta e democrático.



Revista Proletária na Educação



As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

São Paulo - Nota da Corrente Proletária – funcionários de escola

Organizar a Resistência dos Funcionários contra a precarização e terceirização

Desde o início de 2025, a educação pública tem sido alvo de ataques por parte dos governos - federal, estaduais e municipais. Em resposta, diversas categorias têm se mobilizado: funcionários técnico-administrativos das instituições federais, trabalhadores terceirizados da limpeza e da cozinha em vários estados, professores e funcionários municipais em São Paulo, trabalhadores de educação de Natal, Rio de Janeiro, Distrito Federal, sobretudo. Há uma reivindicação que é comum: a reposição salarial diante da elevação do custo de vida. No caso dos terceirizados, as paralisações se devem, principalmente, pelo atraso no pagamento dos salários.

No Estado de São Paulo, a situação é cada vez mais grave. As trabalhadoras da empresa terceirizada Lume paralisaram suas atividades em protesto contra atrasos salariais. Os terceirizados, em sua maioria, enfrentam condições extremamente precárias. Empresas como a Clarion contratam cuidadores por metade de um salário mínimo e ainda atrasam os pagamentos. No mês passado, desapareceu deixando de pagar os salários. Os Agentes de Organização Escolares, contratados por processo seletivo, recebem o salário mínimo e são lançados nas escolas sem nenhum treinamento. Os agentes, que são efetivos, estão submetidos a uma jornada estafante, o que tem resultado em toda sorte de doenças físicas e mentais. O governo Tarcísio e seu secretário da Educação, Feder, dizem que já preencheram “50% do módulo”. Portanto, os funcionários têm de trabalhar o dobro para preencher o módulo.

O recente reajuste de 5% nos salários, decretado pelo governador, é mais uma demonstração do desprezo para com os trabalhadores da educação. O estado mais rico da federação, submete os funcionários de escola à condição de indigência. Boa parte recebe o salário mínimo de R\$ 1.518,00 como piso, como é o caso dos agentes escolares. Na realidade, o governo concede um abono complementar de 10% para quem ganha entre R\$ 900,00 e R\$ 1.003,00, para alcançar o salário mínimo.

Diante dessa situação calamitosa, o que tem feito a AFUSE e o SIEMACO?

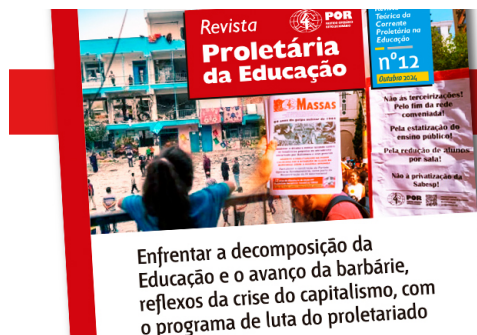
A AFUSE, dirigida pelo PT, se recusa a convocar uma assembleia para aprovar uma campanha de luta. O SIEMACO, por sua vez, que diz representar os terceirizados, não defende as reivindicações dos terceirizados. Basta um exemplo: a empresa Soluções demitiu 3.300 trabalhadores de asseio e conservação das escolas infantis da Prefeitura de São Paulo, e a resposta do SIEMACO foi organizar uma “força-tarefa” para homologação das demissões. Trata-se de uma direção a serviço das empresas terceirizadas. No caso dessas demissões, chegou ao ponto de dizer: “fazer a homologação no sindicato é uma segurança a mais para o trabalhador”.

Ao invés de combater as demissões, a direção do sindicato orienta o trabalhador sobre o saque do FGTS.

A AFUSE é composta de uma direção passiva, que há muito não acredita na luta dos funcionários de escolas. No mês de abril, convocou formalmente um ato em frente à Secretaria da Educação. Dizemos formalmente porque não se esforçou em organizar os funcionários desde as escolas. Chamou o ato apenas para cumprir um calendário proposto pela Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE). Mesmo diante dos miseráveis 5% de reajuste salarial, não convocou uma assembleia e não trabalhou para unificar com as mobilizações dos professores estaduais e com os servidores municipais que estavam em greve. Frente ao fechamento de salas de aulas, imposição dos PEIs e das Escolas Cívico-militares, a direção da Afuse se manteve em silêncio. Trata-se de uma direção morta para a defesa dos funcionários de escolas.

A Corrente Proletária tem trabalhado para a formação de uma Oposição classista, de luta e independente da política burguesa dos governos. Tem encontrado dificuldade, porque os funcionários de escolas estão divididos entre efetivos, contratados temporários e terceirizados. A cada ano, vem reduzindo o número de efetivos e aumentando os temporários, que são contratados por apenas um ano. Os terceirizados estão esmagados pela jornada de trabalho e pelos baixos salários e são marginalizados pela Afuse. As correntes que se reivindicam de oposição à direção da Afuse não estão dispostas a constituir uma frente para organizar os funcionários. Geralmente, só apareciam em momentos eleitorais e como as eleições na Afuse passaram a ser virtuais, sob o controle absoluto da diretoria, não têm mostrado interesse por esse trabalho frentista. Assim, a Corrente Proletária está obrigada a reforçar o trabalho junto às unidades escolares, objetivando constituir uma Oposição para recuperar o sindicato como instrumento criado pelos trabalhadores para defender seus interesses de classe.

Em sua campanha, a Corrente Proletária vem insistindo nas reivindicações fundamentais, como: um piso salarial (salário mínimo vital) capaz de sustentar uma família trabalhadora; efetivação de todos os funcionários contratados temporariamente e os terceirizados; redução da jornada para 30 horas sem redução dos salários; recomposição dos cargos de ASEs e Secretários de Escolas; promoção e progressão de nível e faixas conforme o tempo de trabalho; recuperação dos direitos arrancados pelos governos; aposentadoria integral aos 25 anos de trabalho. Por outro lado, reafirma que as reivindicações e os direitos só serão conquistados por meio da luta direta –greves, paralisações e manifestações de rua. Combate, assim, a política de conciliação de classes das direções sindicais e a farsa da pressão parlamentar.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

n°12
Outubro 2024

O décimo segundo número da Revista Proletária traz a Tese da Corrente Proletária na Educação ao 33º Congresso do Sinpeem/SP, aborda a militarização de escolas públicas como uma política de Estado oligárquico e trata da ampliação da privatização da Educação em SP sob o governo Tarcísio de Freitas.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



São Paulo - Caieiras

Não às perseguições aos diretores e professores das escolas públicas!

No dia 6 de junho, ocorrerá um ato em frente a diretoria de ensino de Caieiras para manifestar o repúdio diante das perseguições aos diretores, que, segundo o governo, não alcançaram as metas das plataformas.

As plataformas são ferramentas que a Secretaria da Educação utiliza para cobrar dos diretores das escolas resultados positivos. Como toda empresa, quem não alcança as “metas” é perseguido e afastado. Esse método empresarial vai na contramão do ensino público, que visa o desenvolvimento de aprendizagens. As plataformas são mecanismos para avançar a privatização na educação básica. O governador Tarcísio já privatizou 33 escolas, impôs as

plataformas empresariais, ampliou a terceirização nos serviços escolares e prepara para entregar a administração das escolas para a iniciativa privada. Para Tarcísio e seu secretário Feder a concepção de ensino-aprendizagem está ligada ao uso das plataformas.

Enquanto Tarcísio persegue diretores e professores que não aceitam a farsa das plataformas, as direções sindicais continuam convocando atos por região, que não resultam em ação coletiva dos trabalhadores da educação e estudantes contra uma política privatizante para a educação. Chega de divisionismo! Unidade para impor derrota à política de Tarcísio e Feder contra a educação pública!

São Paulo - ABC

Prefeito petista de Mauá recusa conceder o reajuste ao funcionalismo

O prefeito de Mauá, ex-presidente da Federação Estadual de Sindicatos de Metalúrgicos de São Paulo (FEM-CUT/SP), Marcelo Oliveira (PT), ignorou a deliberação da assembleia sindical do funcionalismo público municipal, que rejeitou a proposta ultra rebaixada de zero de reajuste salarial, com abono de R\$ 1.350,00 parcelado em nove vezes de R\$ 150,00 sem incorporação no salário e aumento de R\$ 20,00 no Auxílio-Alimentação. Encerrando unilateralmente as negociações, o prefeito enviou à Câmara Municipal um Projeto de Lei (PL) em regime de urgência com a proposta já rejeitada pelos trabalhadores. Sob protesto de servidores e ausên-

cia da Diretoria do SindServ-Mauá, em votação no primeiro turno os vereadores aprovaram o PL por ampla maioria (19x4).

Os servidores, por meio do comitê de lutas, têm resistido convocando atos em frente à sede do sindicato, cuja direção pretende “sensibilizar” o legislativo durante a votação no segundo turno, e somente depois convocar uma assembleia. Como se vê, os governistas tentam bloquear o movimento grevista, traindo os servidores. Para avançar na luta é fundamental organizar uma oposição sindical classista e democrática.

Reunião da Corrente Proletária da Educação do Sinasefe

Necessidade de retomar a luta contra os cortes na educação e pelo cumprimento integral dos acordos da greve de 2024

No dia 28 de maio, realizou-se uma reunião da Corrente Proletária da Educação do Sinasefe no formato virtual, diante da necessidade de articular nossa atuação em Pernambuco, Ceará e Paraíba. A pauta foi: Informes nacional e dos estados; campanha pelo cumprimento dos acordos da greve; novos cortes das verbas da Educação; construção do próximo Boletim.

Após a greve, há a necessidade de cobrança do cumprimento integral do acordo. O movimento grevista de 2024 foi chantageado para finalizar diante da promessa aos Técnicos Administrativos na Educação (TAEs) de viabilizar a aprovação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) e redução da carga horária de 40 para 30 horas semanais, o que até agora não passou de promessa. Os 9% pagos atrasados prejudicaram principalmente os TAEs, onde o pagamento acumulado de três meses levou a um maior desconto do imposto de renda.

Enquanto isso, as direções sindicais ludibriam a categoria com a “reestruturação de carreira”, com a aprovação da PL 1466, onde as progressões mantêm o arrocho salarial tanto para TAEs quanto para docentes, e sequer cita a redução da jornada de trabalho para os TAEs. Junto à aprovação da reestruturação de carreiras,

o governo se movimenta para acelerar a aprovação da Reforma Administrativa, que servirá para precarizar ainda mais as relações de trabalho, além de ter aprovado o Decreto 12.448/2025, que serve para cortar e limitar ainda mais a verba dos IFs e universidades federais. A LOA (Lei de Orçamento Anual de 2025) já tinha um corte significativo para educação, com este decreto as instituições precisarão fazer malabarismo para funcionar.

A UNE convocou atos para o dia 29 de maio. Na Paraíba, mal foi divulgado, no Ceará, ainda houve convocação do ato em Fortaleza entre estudantes e servidores federais do IFCE e UFCE. Em Pernambuco, nenhum ato foi convocado.

A direção nacional do Sinasefe mantém as plenárias nacionais “híbridas”, onde a maioria da base acompanha virtualmente, o que evidencia um cenário de desmobilização por parte da direção nacional do Sinasefe e das seções estaduais, que atuam para impedir qualquer mobilização que se choque com o governo Lula. Os discursos das correntes que compõem o Sinasefe nacional e estaduais (PT/PSOL) já indicam que o sindicato deve se preparar para a disputa eleitoral de 2026, assim tentam apontar “avanços”, “conquistas”, enquanto o governo destrói a educação com cortes

de verba e declara abertamente que vai avançar na destruição de direitos, com a ameaça de aprovação da Reforma Administrativa.

A Corrente Proletária/POR defende a necessidade da construção de uma oposição revolucionária ao governo Lula, o que significa mobilizar a base a partir das reivindicações mais sentidas pelos que trabalham e estudam nos IFs e universidades federais. Nenhuma ilusão no governo Lula, que avança a política de precarização e destruição da educação pública. Que a base pressione as direções sindicais a convocarem assembleias presenciais nos campi dos IFs e universidades. Que a direção nacional convoque as Plenárias Na-

cionais presenciais para construção de um plano de lutas, que inicie por um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisação, atos unificados nas ruas contra o corte de verbas da educação e pelo cumprimento integral dos acordos de greve. Que o Estado garanta os recursos necessários para todas as condições de trabalho e estudo nas instituições de ensino (estrutura física dos prédios, salas de aula, laboratórios, equipamentos, contratação de servidores). Contra a aprovação da Reforma Administrativa, que além de ser uma forma de avançar no processo de destruição dos serviços públicos, só servirá para atacar a estabilidade dos servidores e dividir ainda mais os que trabalham nas instituições federais de ensino.

#02 MAI/2025



JUVENTUDE EM LUTA

BOLETIM DA CORRENTE PROLETÁRIA ESTUDANTIL

f @ massas.por | www.pormassas.org | ☎ (11) 95446-2020

UNIVERSITÁRIOS



■ São Paulo | Boletim juventude em luta | Universitários/maio

Em maio, foram publicadas duas edições, a regular e uma para a manifestação convocada pela UNE contra o bloqueio de verbas das universidades. O Boletim regular inicia com o chamado “Responder à crise da educação com organização e mobilização nacional”, onde mostra que o sistema privado de ensino cresce em detrimento do sistema público, que tem sofrido cortes em seu orçamento, e que o avanço da mercantilização e o terrível ensino a distância, consolidado em sua “regulamentação”, corresponde aos interesses de lucro dos capitalistas e não aos interesses de aprendizagem. Convoca os estudantes a exigirem dos CAs, DCEs, UNE e UBES que lancem uma campanha nacional em defesa das condições de estudo e trabalho. Conclui defendendo um sistema único, público, gratuito, científico, vinculado à produção social, controlado por quem estuda e trabalha. O Boletim convoca ainda a manifestação da UNE de 29 de maio contra o decreto nº 12.448 e chama todo apoio à luta dos estudantes da PUC/SP que ocuparam a universidade em protesto aos “casos de racismo acadêmico”, defendendo o atendimento às reivindicações dos estudantes.

Diante do 60º Congresso da UNE, traz uma nota convocando os estudantes a defenderem um congresso classista, democrático, independente do governo e de luta. Defende a tese “Por uma direção classista e revolucionária para a UNE”, que consta dos seguintes pontos gerais: Em defesa de um sistema único, público, gratuito, científico e vinculado à produção social; por uma Oposição Revolucionária ao governo Lula; pela constituição da frente única anti-imperialista; constituir uma direção classista e revolucionária para a UNE e Plano de Luta.

Traz ainda uma matéria sobre a defesa da escola pública, universal e estatal, onde expõe diversos dados da decomposição do ensino. Chama a atenção o fato de que a propriedade privada dos meios de produção engendra a separação entre o trabalhador, os meios de produção e os produtos do seu trabalho e faz com que os estudantes estejam alienados dos processos científicos da produção. E que “essa contradição será resolvida por meio da luta da classe operária e demais explorados pelo fim das relações capitalistas de produção e por sua superação na sociedade socialista”. Ainda nesse sentido, traz uma matéria sobre a propaganda burguesa contra os direitos trabalhistas (CLT), que tem se espalhado entre a juventude. Mostra que a retirada de direitos só favorece ao patrão, que a piora nas já terríveis condições de trabalho é reflexo das contrarreformas capitalistas e que cabe à juventude lutar em defesa dos direitos trabalhistas, dos empregos e dos salários.

O Boletim regular finaliza com a campanha em defesa do povo palestino. Mostra que o genocídio e a fome imposta na Faixa de

Gaza é de responsabilidade do Estado Sionista de Israel e do imperialismo, principalmente dos EUA. Mostra que o início de maio foi marcado pela luta dos estudantes em diversas universidades na Europa e EUA em defesa dos palestinos. Conclui dizendo “Estudantes, diante da barbárie não há outra posição a se tomar a não ser ganhar as ruas, levantando as bandeiras contra toda forma de opressão nacional e de classe”.

O Boletim para as manifestações da UNE estampa: “Não ao bloqueio de verbas das universidades! Derrotar a ofensiva do governo nas ruas!”. Faz a denúncia do decreto nº 12.448, que bloqueia recursos para as universidades, mas alerta que “Há anos, a educação pública sofre com contingenciamento e mesmo com cortes em seus orçamentos, promovidos pelos vários governos burgueses”. Aponta que “as universidades vivem já há algum tempo uma situação de aumento do número de servidores terceirizados e da precarização das condições de trabalho, tanto de docentes como do funcionalismo, TAE’s etc.”. Isso porque “Diante da crise econômica capitalista, a prioridade dos governos burgueses, dentre os quais conta-se o governo de frente ampla de Lula/Alckmin, é sustentar o parasitismo financeiro”.

Apesar da convocação da manifestação, o Boletim também alerta que a UNE “o faz com todo o cuidado, para conter a luta nos estreitos limites da pressão institucional e com total blindagem do governo” e que “Somente nas ruas os estudantes, professores e demais servidores poderão defender a educação”. Conclui com as bandeiras: Abaixo o contingenciamento e os cortes na educação! Abaixo o Arcabouço fiscal! Não ao pagamento da dívida pública! Pela estatização do sistema privado de ensino. Por um sistema único, público, gratuito, vinculado à produção social, sob o controle de quem estuda e trabalha! Que a UNE rompa com o governo e se coloque pela independência de classe! Oposição revolucionária ao governo da Frente Ampla! Por um governo próprio dos explorados, um governo operário-camponês!

Adquira com o distribuidor de Massas:

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



São Paulo

Ato contra os cortes na educação e o arcabouço fiscal

No Dia Nacional “em Defesa de uma Educação Fora do Arcabouço”, convocado pela UNE, os DCEs das Universidades Públicas Estaduais e Federais no Estado de São Paulo convocaram para o MASP um “Ato contra os cortes na educação e o arcabouço fiscal”. Na véspera da manifestação, expondo a divisão aparelhista entre as entidades controladas pela UP e as controladas pela UJS/JPL e UEE-SP chegou a convocar um ato “por uma educação fora do arcabouço fiscal” com concentração em outro local, mas logo recuou.

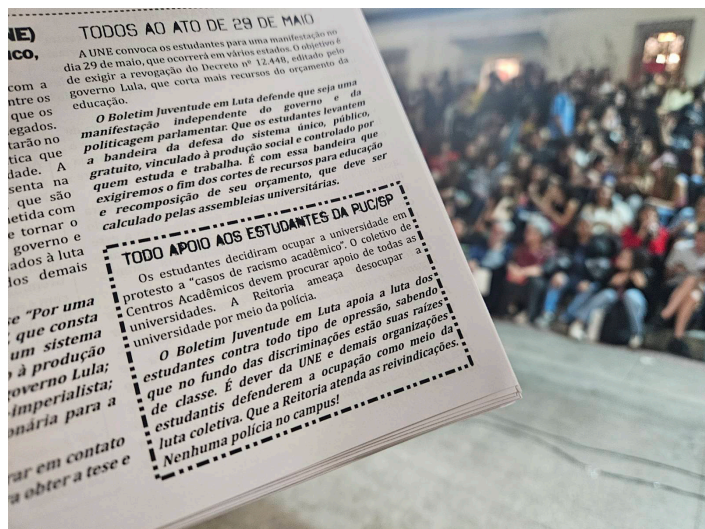
Durante a marcha, formaram-se dois blocos, o primeiro com as direções abertamente governistas (UJS, JPL, JPT e LPJ) e o segundo reunindo direções estudantis de oposição à majoritária (POR, UJR, UJC, Rebeldia, Faísca, Vamos à Luta, Já Basta!), onde o segundo bloco puxou palavras de ordem radicalizadas, como pelo fim do vestibular. O ato reuniu basicamente à vanguarda estudantil organizada nas correntes políticas, posto que as direções estudantis

não impulsionaram a mobilização nos locais de estudo. Algumas entidades sindicais da área da educação, como SINASEFE-SP, SINTUFABC e ADUFABC, também marcaram presença. A Corrente Proletária/POR interveio com a distribuição do Boletim Estudantil Universitário e com a bandeira do POR

Cabe destacar que dias antes da mobilização, o governo burguês de frente ampla retirou a educação do decreto de contingenciamento do orçamento federal e anunciou uma pequena recomposição do orçamento da educação federal já bastante aquém das necessidades, recuando do ataque que motivou a convocação do ato. As entidades mantiveram o dia de mobilização basicamente de forma simbólica, não organizando o combate por um programa próprio de reivindicações e, em particular, pelo financiamento público integral do orçamento calculado pelas comunidades educacionais, bandeira fundamental para fazer a defesa do pleno funcionamento da educação pública.

São Paulo

Estudantes da PUC fazem paralisação com ocupação



O movimento dos estudantes do Campus Monte Alegre, da PUC-SP, teve início no dia 19 de maio, pelos alunos da Faculdade de Ciências, que decidiram paralisar suas atividades como forma de denúncia “contra o racismo acadêmico, o esvaziamento neoliberal do ensino, a elitização da universidade e as múltiplas formas de exclusão que atravessam a vida estudantil”. Seguiu-se à paralisação uma ocupação do Prédio Velho do Campus Monte Alegre e a montagem de barricadas com carteiras, de forma a impedir a realização das aulas em parte do Prédio Novo.

No dia 21, os alunos de Psicologia realizaram uma assembleia e aprovaram a paralisação, em apoio às reivindicações antirracistas do Coletivo Saravá e em protesto contra as condições precárias em que a Universidade se encontra. Nos dias que se seguiram, outros cursos como Jornalismo, Artes do Corpo e Letras também aderiram ao movimento. Entre as reivindicações dos estudantes estavam: a efetivação da dupla gratuidade do bandeirão; bolsas para discentes Trans e PCDs; congelamento das mensalidades; rompimento das

relações da Fundasp com a Conib; e revisão do Código de Ética da mantenedora que equipara o antissionismo com o antissemitismo.

No dia 24, em meio à paralisação das aulas, enquanto se realizava uma reunião entre Reitoria e o Comando de Greve, foi noticiada o ingresso, pela Fundasp, de ação de desocupação, exigindo a saída imediata dos estudantes do Campus Monte Alegre, criminalização de quatro líderes do movimento com multas de R\$ 5 mil para cada um, por dia de ocupação.

Os estudantes resistiram e, nesse mesmo dia, à noite, em uma das maiores assembleias realizadas nos últimos anos, os estudantes decidiram permanecer ocupando. Muitas falas denunciaram as situações de racismo na PUC-SP, as perseguições, situações de precariedade sofridas pelos bolsistas e a falta de condições dignas de permanência na universidade.

Uma nova assembleia foi realizada no dia 26, desta vez com estudantes, a APROPUC e a AFAPUC. O POR esteve presente, distribuindo o Boletim universitário da Corrente Proletária Estudantil, que defendia a luta com ocupação dos estudantes da PUC. Fez uma intervenção dando apoio ao movimento, relatando o histórico das lutas na PUC-SP, inclusive contra a ditadura militar, ressaltando a importância da luta unificada entre estudantes e trabalhadores e a luta pela estatização das universidades privadas. Colocou o importante papel que os estudantes podem cumprir como ponta de lança do movimento e a necessidade da organização e mobilização frente aos ataques que as universidades têm sofrido, não só no Brasil, mas em diversos países, como nos EUA com o governo Trump.

No mesmo dia e no dia subsequente, foram realizadas reuniões com o diretor executivo da Fundasp, Pde. Rodolpho Perazzolo, negociando parte das reivindicações do movimento. A paralisação das aulas com a desocupação foi encerrada no dia 28/05. A mobilização mostrou o caminho correto da luta, que somente com o método da ação direta e com a unidade é possível conquistar as reivindicações. É dever das direções estudantis se apoiar nas lutas locais para projetar o movimento nacional em defesa da Educação.

Rio de Janeiro

Distribuição do Boletim Juventude em Luta na UFF e UFRJ

Na última semana de maio, foi distribuído o Boletim da Corrente Proletária Estudantil na UFF e na UFRJ. No Boletim específico da UFF, foi denunciando os últimos acontecimentos de violência reacionária no campus Gragoatá, em Niterói-RJ, onde reafirmamos a urgência de organizar a luta estudantil por meio da assembleia geral universitária e com os métodos de ação direta coletiva das massas, unindo a luta estudantil à luta dos trabalhadores. Também expressamos a política proletária para a juventude no 60º CONUNE, sintetizando nossa tese que defende o rompimento com o governo para construir uma UNE independente, democrática e combativa. Por fim, colocamos a necessidade de romper com o imobilismo e a burocratização das direções do movimento estudantil, para lutar pela recomposição e ampliação orçamentária da educação e combater o governo Lula/Alckmin que serve de continuação das contrarreformas e de profundos ataques aos serviços públicos.

No caso da UFRJ, o Boletim enfatizou a necessidade de unificar o movimento estudantil da universidade que atualmente se encontra dividido. De um lado, estudantes combativos estão chamando atos e assembleias enquanto o DCE se centra nas questões envolvendo o CONUNE. Enfatizamos como acertada o rompimento de uma parcela de estudantes da UFRJ com o imobilismo do movimento estudantil, mas esse rompimento não pode se estender para a UNE, uma vez que romper com a UNE é romper com a massa estudantil que compõem a instituição. Fora isso, o Boletim também enfatizou a constituição do governo tripartite na universidade, unindo os estudantes, professores e funcionários a fim de deliberar as questões envolvendo as condições estruturais do campus, a violência reacionária que ronda a universidade e o contingenciamento de verba do governo federal.

A luta da Corrente Proletária do Litoral Norte/POR pela continuidade da greve do judiciário

Em votação “relâmpago” e totalmente dividida, os trabalhadores do Judiciário de São Paulo decidiram, em assembleia realizada no dia 28/05, pela “suspensão” da greve iniciada em 14/05. A votação ocorreu após a divulgação da proposta da cúpula do TJ, que consistiu: reajuste apenas no segundo semestre, a ser definido o índice; nível superior, sem possibilidade; reajuste dos índices pagos a título de adicional de qualificação – Graduação de 5% para 7,5% - Pós de 7,5% para 10% - Mestrado de 10% para 15% - doutorado de 15% para 20% - reajuste auxílio alimentação em 10%.

Reunião do TJ com a Comissão de Negociação

Antes da deflagração da greve, o TJ acenou com a “instalação de uma mesa de negociação permanente”, com uma primeira reunião virtual para o dia 28/05. Porém, na assembleia do dia 14/05, uma comissão, formada basicamente por representantes das associações e do sindicato pelego “UNIÃO”, subiu até o gabinete do Presidente do Tribunal, Fernando Garcia Torres, para pedir que a instalação da mesa de negociações anunciada fosse antecipada. A antecipação foi negada, e a comissão sequer foi recebida. Posteriormente, sob pressão da greve, o TJ mudou a proposta de reunião virtual para presencial, que ocorreu na parte da manhã do mesmo dia da assembleia.

Nessa reunião, os juízes esbravejaram e exigiram o fim da greve, dizendo que “não negociavam sob pressão” e ameaçaram encerrar a reunião. Em resposta, os representantes das associações disseram que não aceitavam essa “exigência de fim da greve”, mas aceitavam “suspender” a greve até o dia 02/07, data em que o TJ se comprometeu apresentar um “novo índice de reajuste salarial para a categoria”.

Direções acatam exigências do TJ e defendem a “suspensão” da greve

Na terceira assembleia (28/05), já com a proposta do TJ nas mãos, as direções das associações foram para a assembleia dispostas a “suspender” a greve. Apresentaram diretamente na própria assembleia a proposta dizendo que “não era o fim da greve”, que “a greve iria ser apenas suspensa”, que “o TJ pediu um voto de confiança”, “que a greve precisava de um fôlego” etc., chegando ao ponto do presidente da ASSOJURIS, o “Alemão”, chamar os manifestantes de “grevistas de araque” e de “estarem brincando de fazer greve”. A maioria dos grevistas não teve tempo sequer de tomar conhecimento e avaliar com antecedência a proposta do TJ.

Associações e o sindicato pelego “União” não pretendiam a greve

Como vimos, trata-se de reajustes insignificantes apenas em alguns benefícios e apenas para uma parcela de trabalhadores. Ao mesmo tempo, a cúpula do TJ manobrou com a promessa de apresentar novo índice de reajuste salarial no segundo semestre e exigiu o fim do movimento “paredista”. Durante a greve, que durou quinze dias, foram realizadas três assembleias gerais, na Praça João Mendes, região central de São Paulo. A primeira, que aprovou a greve, contou com a participação de aproximadamente 500 servidores, a segunda com 2 mil e a terceira com o mesmo número da segunda. Na primeira assembleia, a proposta de aprovação da greve foi apresentada por uma manifestante da base e aprovada por maioria, contrariando a posição das direções

das associações, que não queriam a greve. A segunda assembleia foi dividida em dois momentos: a primeira, ocorreu na própria Praça João Mendes, onde se abriu a palavra aos manifestantes, representantes das associações, apoiadores de outras categorias e deputados. Em seguida, os grevistas realizaram uma passeata até o Palácio de Justiça, também região central, onde realizaram a segunda assembleia. Nessa assembleia, como o TJ ainda não havia apresentado nenhuma proposta, os representantes das associações não tiveram alternativa, a não ser defender a continuidade do movimento e esperar o aceno de algumas migalhas e assim poder pôr fim ao movimento grevista. Como bem observou uma grevista de base que escreveu: "... com a categoria já decidida pela greve, a Helen (Sindicato União) me pegou no braço em cima do caminhão dizendo que não conseguiríamos fazer greve com meia dúzia de gatos pingados. Iniciada a greve, a Assojuris praticamente não ajudou na mobilização e a região que mais careceu de mobilização foi a região de Campinas, área da Helen do sindicato União. Antes mesmo de o TJ anunciar a ameaça para a suspensão da greve, Édson do sindicato União disse que nenhuma entidade tinha mais dinheiro para bancar a greve" e concluiu: "Olhando em retrospectiva é evidente a atuação de algumas entidades, inclusive a do sindicato União, de manter nossa luta apenas no campo de reuniões da Alesp!".

TJ lançou mão da repressão e perseguição aos grevistas

Durante a greve, foram vários os casos em que o TJ lançou mão do terrorismo de Estado sobre os grevistas. Primeiro, ordenou que os diretores das repartições anotassem diariamente os nomes dos servidores que estavam em greve, colocando na frequência o código de "falta por adesão à greve". Ao mesmo tempo, os juízes corregedores das comarcas passaram a anotar os nomes dos grevistas que estavam entrando nos prédios para fazer os piquetes de convencimento dos não-grevistas. Um Juiz ordenou que o diretor impedisse a entrada dos grevistas nos cartórios durante um comando de convencimento. Outro exigiu o envio de e-mail por uma associação, com antecedência de 72 horas, solicitando o acesso dos grevistas no prédio, e mesmo assim só poderia entrar de dois em dois apenas para chamar os não-grevistas para a frente do prédio para passar os informes da greve. Em outra comarca, o Juiz simplesmente impediu a entrada dos grevistas no prédio. O terrorismo chegou ao ponto de um Juiz enviar ofício a outro Juiz solicitando abertura de processo administrativo contra uma grevista que concedeu entrevista a um jornal local denunciando a política do TJ em relação às condições de trabalho dos servidores. Outra Juíza tirou o cargo de comissão de uma grevista que se recusou a voltar ao trabalho. Espalhou boatos de todo tipo, como "a greve era de meia dúzia" etc. Um ponto sintomático da sua intransigência é o fato de já ter publicado no Diário Oficial a obrigatoriedade da compensação dos dias parados da greve, independentemente de qualquer negociação. Deixando claro que o objetivo do comunicado era para desmobilizar e evitar a retomada da greve.

Sobre a "suspensão" da greve

A campanha salarial, com data-base em março, cujos itens principais são: reposição inflacionária acumuladas de 31,05% - período: abr/2002 a fev/2025; Nível Superior para os Escreventes; Readequação dos valores do auxílio saúde, alimentação, transporte, creche etc., não teve as reivindicações atendidas. O TJ informou que faria apenas a reposição de 4,87%, e negou o atendimento dos demais itens da pauta.

A votação que "suspendeu" a greve ficou dividida e foi bastante apertada. Houve apenas duas defesas contra e duas a favor. Pesou contra a proposta de continuidade da greve o fato de a condução da assembleia ter sido feita por um representante da ASSOJURIS, a mesma associação do "Alemão", que ao defender a "suspensão" da greve, chamou os grevistas de "grevistas de araque" e que "estavam brincando de fazer greve". Esse representante que conduziu os trabalhos da assembleia, manobrou descaradamente, dando aos defensores da "suspensão" tempo quase dobrado em relação aos defensores da manutenção da greve. E, como bem lembrou um escrevente aposentado "...a greve de 2001 também foi apenas 'suspensa' e só foi retomada em 2004. A greve de 2004 também foi 'suspensa' e só foi retomada em 2010. A greve de 2010 foi 'suspensa' e só foi retomada em 2025".

Comando Estadual de Mobilização e Greve não conseguiu se sobrepor à política de colaboração de classes das associações

Após a "suspensão" da greve, o Comando de Mobilização e Greve e Entidades Parceira passou a escrever em seus materiais a seguinte frase: "JUDICIÁRIO EM ESTADO DE GREVE". Demonstrando, assim como nas greves anteriores, que o Comando de Mobilização, formado majoritariamente pela CSP-Conlutas (PSTU), não teve força para se sobrepor à política de colaboração de classes das associações e acabou também se colocando pela "suspensão" da greve. Na reunião de negociação do TJ com as associações e o sindicato pelego que definiu, até agora, os rumos da campanha salarial dos judiciários, acabou ficando a reboque da política serviçal das associações ao TJ.

Atuação da Corrente Proletária do Litoral Norte-SP (POR)

A Corrente Proletária do Litoral Norte-SP (POR) entende que foi um erro a "suspensão" da greve. Participou e trabalhou ativamente na organização da greve. Esteve presente nos piquetes e comandos diários, enquanto parte do movimento estadual onde atua, com distribuição do boletim, bandeiras e fala na assembleia, onde destacou a importância da greve, dizendo que "a nossa greve já é vitoriosa, independente do resultado econômico, pois tem o objetivo de quebrar as políticas dos patrões e do governos de ataques ao conjunto dos trabalhadores", "que é vitoriosa porque se choca com a barbárie capitalista" e destacou a importância da unidade com as demais categorias em luta, como os professores estaduais.

Na assembleia do dia 28/05, um de seus militantes procurou se inscrever para defender a continuidade da greve, mas lhe foi negada a fala, com o argumento de que "já tinha outra pessoa inscrita para fazê-lo". Exigiu e exige que todas as reivindicações sejam atendidas. Defende a retomada da greve, como única forma de obrigar a cúpula do TJ a atender as reivindicações da categoria. Em outras palavras: manobras de traição da burocracia o impediram de falar. Ainda assim, houve uma importante votação em favor da continuidade da greve.

A burocracia parece aprender dia-a-dia como abortar uma greve o mais rápido possível, logo que ela se inicia, e conta com a colaboração da política do denominado centrismo, que se transformou na nova burocracia hostil aos movimentos e greves por reivindicações e permeáveis à política burguesa de privatizações e terceirizações. A traição é o que esperar dessas correntes aniquiladoras da vanguarda de luta para aprofundar e estender a política classista, independente e revolucionária.

O POR interveio decisivamente no rumo das três últimas longas greves, fez avançar a luta pelas reivindicações com os métodos de luta da classe operária. Nessas condições, a categoria pôde atuar com muita firmeza, e a todo momento, no combate aos ataques

do Tribunal e à colaboração, com este, das direções do sindicato pelego e das associações.

Os balanços realizados e reunidos em três folhetos de cada uma das greves espelharam todo esse esforço do partido em pôr em movimento essa parcela de trabalhadores que demonstrou enorme disposição de luta, até que se deram as traições das direções burocráticas em cada uma dessas greves. É preciso buscar a vanguarda de luta, que defenda a democracia das assembleias sindicais, e organizar a luta coletiva, unitária, classista, independente e revolucionária para, com os métodos históricos próprios da classe operária, conquistar as reivindicações, expulsando as direções burocráticas que se colocam em impedimento nesse caminho.

Em 2010, o PSTU, parte dos integrantes do comando de mobilização e associações, pretendia encerrar a greve logo de início. A cada votação no comando de greve, dava-se esse embate, com os grevistas mais conscientes da luta que a categoria travava pelas reivindicações. Conseguimos aprovar sucessivamente a continuidade da greve com decisões apertadas lá no comando, mas ainda massivas nas assembleias que se seguiram, com piquetes,

atos, passeatas, bloqueios e ocupações, também sucessivas, do Palácio da Justiça e do Fórum João Mendes, após a qual as direções burocráticas conseguiram fazer aprovar o fim da greve, com manobras como essas que presenciamos na última assembleia de 28/05/2025. Traição aberta, onde não faltaram referências às eleições, ao funcionamento do processo eleitoral, pois a greve avançou por setembro, às vésperas do pleito eleitoral, a coleta e apuração dos votos, à eleição presidencial da qual Dilma Rousseff sairia eleita.

O POR, ultraminoritário na categoria e no movimento, em torno à sua Corrente Proletária no Judiciário, interveio decisivamente na longa e massiva greve, fazendo avançar o programa e a política do proletariado no seio da classe. A presente luta dos trabalhadores do judiciário não teve o alcance das greves anteriores que aqui relatamos como experiência. Mas, mais dia menos dia, terão de voltar ao movimento grevista, uma vez que as condições de trabalho pioram e os salários perdem valor. A repressão lançada pelos juízes expressa o Estado policial vigente no Brasil. Está colocado para o movimento sindical a luta pelo direito irrestrito de greve e manifestação.

Formação Política

Grupo de Estudos do Marxismo

Estudo do texto “Bonapartismo e Fascismo” de Trotsky

O grupo de estudos do Marxismo organizado pelo POR finalizou o estudo da coletânea de textos do Trotsky denominada “Como esmagar o fascismo” com o texto “Bonapartismo e Fascismo” de 1934. Esse texto foi escrito em 15 de julho, alguns dias passados da sangrenta Noite dos Longos Punhais, onde Hitler e seus aliados prenderam e mataram opositores do regime e lideranças do Partido Nazista que se opunham a eles. Pouco tempo depois, no início de agosto, Hitler assume a presidência da Alemanha se tornando finalmente ditador.

Trotsky inicia o texto explicando a “grande importância prática de uma orientação política correta” principalmente em “épocas de conflitos sociais agudos, de rápidos giros políticos ou de mudanças repentinas na situação”. Ele elabora como esses momentos são críticos para substituir generalizações políticas ou refiná-las diante da realidade posta. É possível perceber esse tipo de movimentação em seus textos, discutidos nos outros encontros do grupo de estudos, nos quais conforme a realidade foi se desenvolvendo (de bonapartismo para o fascismo na Alemanha), os conceitos apresentados foram sendo melhor fundamentados e caracterizados. Essa forma de interpretar os acontecimentos é o que ensina o marxismo: a importância de entender a realidade e não aplicar as teorias de forma mecânica. Como ele mesmo coloca ainda no seu primeiro parágrafo: “a lei mais importante da dialética: a verdade é sempre concreta”.

Trotsky retoma a importância de uma caracterização correta e científica da situação para poder agir e aponta como o estalinismo errou diversas vezes ao não conseguir tirar conclusões marxistas diante das mudanças de regime na Alemanha e na França. Contra o esquematismo, vai mostrar que os estalinistas se esquecem que “também no passado o capitalismo nunca se adequou à democracia ‘pura’, complementando-a algumas vezes com um regime de repressão aberta e, outras vezes, substituindo-a diretamente por este tipo de regime” e que “é inevitável que entre a democracia parlamentar e o regime fascista se interponha, uma depois de outra, seja ‘pacificamente’ ou através de uma guerra civil, uma série de formas transitórias”. Em seguida, exemplifica como, em um

primeiro momento, o estalinismo caracterizou incorretamente o período Brüning-Schleicher, indicando que já seria um governo fascista e acusando que a classificação de bonapartismo “era uma tentativa de disfarçar o fascismo para facilitar a política de ‘mal menor’ da socialdemocracia”. Pouco tempo passado, com o avanço do fascismo na França, os estalinistas não só deixaram a teoria do “fascismo já está aqui” como passaram a apoiar a política de frente única, até então rechaçada. O empirismo os obrigou a diferenciar o regime de Doumergue do regime fascista. Em face das definições imprecisas e incorretas do estalinismo que levaram a erros nas suas táticas, Trotsky conclui dizendo “Aquele que se move no terreno da teoria em base a categorias abstratas está condenado a capitular cegamente diante dos acontecimentos”.

Outro ponto do texto discutido foi a definição de classe de um governo bonapartista. Por mais que um governo bonapartista se eleve por cima da nação, ele não está suspenso no ar: ainda representa os interesses de uma classe social. Ele aparece, como aconteceu na França com Doumergue e na Alemanha com Brüning-Schleicher, como um “juiz-árbitro” colocado na sua posição para conter a disputa irreconciliável do proletariado contra o fascismo. Nesse momento, por mais que se disfarce na forma parlamentar, o parlamentarismo na verdade abdica de seu poder para garantir, por meio de força militar, a continuidade da democracia burguesa. O bonapartismo representa “o governo do setor mais forte e mais firme dos exploradores”.

Trotsky é categórico na análise de classe e afirma: “O fascismo no poder, igual ao bonapartismo, só pode ser o governo do capital financeiro. Neste sentido social, o primeiro não se diferencia do bonapartismo e nem sequer da democracia parlamentar”. Completa dizendo que “o fascismo é um meio específico de mobilizar e organizar a pequena burguesia em defesa do interesse social do capital financeiro”, e que para isso é preciso “encher a pequena burguesia de ódio contra o proletariado”.

Em vistas a França, vai dizer que “os acontecimentos da Alemanha confirmam como a reação desenfreada da pequena burguesia

coloca em perigo a 'ordem'. Por isso, apesar de apoiar e financiar a bandidagem reacionária de uma de suas alas, a burguesia francesa não quer levar as coisas até a vitória política do fascismo". Essa análise está ligada a uma outra ideia apresentada a seguir: "A dominação prolongada do capital financeiro através da demagogia social reacionária e do terror pequeno burguês é impossível. Uma vez chegando ao poder, os dirigentes fascistas veem-se forçados a amordaçar as massas que os seguem, usando para isso o aparato estatal. O mesmo instrumento lhes faz perder apoio de amplas massas da pequena burguesia". Em face ao avanço do fascismo na Alemanha, Trotsky conclui seu texto afirmando que "a chave revolucionária da situação na Europa e de todo o mundo reside, fundamentalmente, na França".

Recife

Formação política sobre a Jornada de Trabalho

No dia 24 de maio, ocorreu em Recife uma formação política com o tema "A luta pela redução da jornada de trabalho", utilizando extratos do livro "O Capital (vol.1)" de Karl Marx. Participaram da atividade militantes do POR, simpatizantes e contatos da UFPE e UFRPE. O estudo foi iniciado com a leitura do capítulo 8 "O dia de trabalho", que traz à tona relatos de lutas pela jornada de trabalho entre os séculos XIV e XVII, na Inglaterra. Para Marx, a jornada de trabalho no capitalismo foi sendo ampliada, violando todos os limites morais, sociais e físicos. O tempo, fundamental para o desenvolvimento e manutenção corporal do trabalhador, é roubado sempre que possível.

O prolongamento da jornada de trabalho rouba o tempo de luz solar, o ar puro, o contato com a família, as possibilidades de atividades culturais, físicas etc. Como vimos no capítulo 8 d'O Capital, a produção de mais-valor, rouba não apenas as condições de descanso e manutenção do corpo, como também induz o trabalhador ao esgotamento físico e mental, e a morte prematura.

Ainda que a classe operária tenha aproveitado disputas entre as classes dominantes para conseguir arrancar leis que limitavam a jornada de trabalho, em sua experiência concreta, viu que para que tais leis fossem colocadas em prática e generalizadas, foi necessário se valer dos métodos da luta de classes. O trabalhador isolado não consegue colocar barreiras à exploração de seu trabalho, considerando que é empurrado pela necessidade de sobrevivência a aceitar as condições postas pelos patrões. Somente com a luta aguerrida, coletiva, por meio das greves foi possível impor à burguesia a definição de uma lei de redução da jornada.

Com o estudo desse texto, foi então concluído o estudo dos textos do Trotsky sobre o fascismo. Como marxistas, é importante estudar os acontecimentos passados para aplicar as teorias na realidade atual e concreta. Destaca-se como Trotsky diversas vezes retoma a importância da dialética na análise concreta da realidade, como ressalta em relação às diferenças na análise do regime polonês de Pilsudski. Para o grupo de estudos este ponto é de grande relevância, porque nos aponta o caminho para analisar a nossa realidade à luz dos acontecimentos e não apenas sobre "categorias lógicas inflexíveis".

No debate, foram trazidos elementos de como depois a burguesia incorporou a redução da jornada compensando a extração de mais-valor por meio da intensificação da jornada e aumento da produtividade. Entrando na fase imperialista, vivemos a era das contrarreformas e antigas conquistas têm sido destruídas. Os presentes relacionaram o tema com as lutas pelo fim da escala 6x1 e os ensinamentos de que o terreno institucional é desfavorável para as reivindicações operárias, sendo necessário recorrer aos métodos da ação direta coletiva. Expusemos a reivindicação de transição da escala móvel das horas de trabalho, da redução da jornada sem redução de salário. Foram trazidos outros elementos da precarização do trabalho, com o retorno de remuneração por peça, como ocorre no interior de Pernambuco, nas facções têxteis que trabalham indistintamente para grandes indústrias.

O estudo gerou reflexões sobre como a burguesia, não conseguindo destruir os sindicatos, infectou as organizações para que os trabalhadores não tivessem capacidade de organizar a força coletiva. Desde 1848, quando o Manifesto Comunista foi publicado, Marx alertava sobre a guerra civil "mais ou menos oculta" entre a burguesia e o proletariado. Devemos lutar pelos direitos trabalhistas e para derrubar as contrarreformas, mas não criar ilusões na luta parlamentar. Com as reivindicações de transição, ligamos as reivindicações atuais por emprego, redução da jornada e salários com a estratégia revolucionária para conquistarmos uma emancipação verdadeiramente humana.



Lições da Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

R\$ 15

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS



Nova Coleção Editorial

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Nesta edição:

Ato dos 90 anos do POR da Bolívia

Abertura do ato por Atílio de Castro, seção brasileira

Pronunciamento de Ulisses, seção boliviana

Pronunciamento de Ramon, seção argentina

Manifesto do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUII)

Crescem as rupturas com o Estado sionista

33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



POR

PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO



Ato dos 90 anos do POR da Bolívia

No dia 1 de junho, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) realizou em São Paulo, sob a organização da seção brasileira, o ato dos 90 anos do Partido Operário Revolucionário (POR) da Bolívia. Houve uma preparação rigorosa tanto na direção do CERQUI quanto no Comitê Central do POR brasileiro.

Iniciou-se com uma consideração geral feita pelo Secretário-Geral do POR e membro da direção do CERQUI, explicando o significado da longa existência do POR para a revolução proletária na Bolívia, seus reflexos na América Latina e sua importância para a reconstrução da IV Internacional. Em seguida, os camaradas Ulisses e Ramon, respectivamente dirigentes da seção boliviana e argentina, fizeram suas exposições.

Abriu-se aos pronunciamentos sobre aspectos particulares dos 90 anos de existência do POR: 1) a origem do POR nos marcos da constituição de partidos vinculados à IV Internacional na América Latina; 2) principais etapas da construção do POR; 3) a experiência parlamentar do Bloco Mineiro; 4) o vínculo histórico entre a Revolução de 1952 e a constituição da Assembleia Popular de 1971; 5) crítica programática à experiência foquista na Bolívia e América Latina; 6) o lugar do POR na IV Internacional. Concluída as exposições, abriu-se para as intervenções do plenário.

No encerramento do ato, foi lido o Manifesto dos 90 anos, cantado o Hino da Internacional e feita a última saudação de Viva os 90 anos do POR da Bolívia. Pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Reproduzimos, neste número do Jornal Massas, os três pronunciamentos de abertura e o Manifesto. No próximo Massas, editaremos os demais pronunciamentos.

Abertura do ato por Atílio de Castro, seção brasileira

Nos alegra o esforço realizado pelos camaradas para realizar este ato.

Companheiros e companheiras que estão vindo pela primeira vez numa atividade do POR, nos dá uma alegria imensa. Isso porque é um sintoma de construção do partido. O partido é uma obra histórica, não se resolve imediatamente. O partido passa por muitas fases de construção, se constrói na luta de classes, se constrói nos conflitos políticos entre as correntes, enfrenta muitos obstáculos.

Temos o exemplo do POR da Bolívia, que é um partido que tem uma longa existência. Essa longa existência serve de referência para a nossa própria construção. É bem provável que vamos demorar um bocado para desenvolver o partido nacionalmente. Provavelmente. Mas também sabemos, pela própria história do POR boliviano, que há momentos da luta de classe que o proletariado ergue o partido, ergue a militância. E há momentos em que essas lutas separam o joio do trigo. Separa os revolucionários dos reformistas, que durante um período ainda estão entrelaçados E

em muitos agrupamentos reformistas, mesmo os que vêm do estalinismo, que vêm do tronco do estalinismo, há muitos militantes jovens que não passaram pelas lutas travadas ainda no começo do século XX. E são lutas que continuam nos motivando a entender esses caminhos e descaminhos da história.

O POR nasceu num processo de lutas da Quarta Internacional para se construir e se tornar uma direção internacional com um programa claro, um programa perfeitamente ajustado a um momento histórico, que é o Programa de Transição da Quarta Internacional, que foi aprovado em 1938.

Estamos bastante distantes dessa data. Mas as suas ideias, os seus princípios, os seus fundamentos são completamente atuais. Antes do programa de transição, tivemos a constituição da Terceira Internacional, que construiu um programa internacional avançado, que está reunido nos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunistas, sob a direção de Lênin e Trotsky. Esses documentos expressaram a primeira vitória e a conservação do poder do proletariado que foi a Revolução Russa.

Agora, vejamos, a Revolução Russa não foi a primeira, a primeira revolução foi a Comuna de Paris, em 1871. A primeira luta proletária em que a classe operária chegou ao poder. Mas a classe operária não estava amadurecida para estabelecer o seu poder e realizar a expropriação da burguesia e a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Não estava preparada. Mas vejamos que nesse momento o proletariado já tinha a sua ciência, já tinha elaborado sua ciência que era o socialismo científico de Marx e Engels. Notem que o socialismo científico já estava posto no momento em que a classe operária estava fazendo sua primeira experiência de luta pelo poder, portanto, ainda estava imatura. Mas a sua ciência estava amadurecida. Parece, então, haver uma contradição? Não? É preciso entender que havia uma ideia chave que aparece no Manifesto do Partido Comunista, que é o Partido, que é o Programa. Há que construir um partido com um programa claro, absolutamente claro. O programa é a expressão histórica, em qualquer país, do socialismo científico, fundado por Marx e Engels.

Notem que, quando falamos dos 90 anos do POR boliviano, nós estamos falando de um partido que deu continuidade a esse curso, a essa linha histórica. Como os camaradas sabem, existem muitas variantes de políticas que se dizem marxistas, ou que se dizem adeptas às ideias do Marx. Existem várias correntes que se dizem adeptas do trotskismo, da luta de Trotsky pela revolução e em seguida contra a sua burocratização estalinista. Também existiram, na época do Lênin, variantes do revisionismo antimarxista. Kautsky, por exemplo, era um cérebro ligado à Segunda Internacional, um de seus principais fundadores, reconhecidamente próximo a Engels. No entanto, criou uma variante do revisionismo muito grave. Revisionismo que levou a uma traição da classe operária na Alemanha e no mundo, sob a política da socialdemocracia alemã profundamente vinculada à democracia e ao Estado burgueses.

É importante que ouçamos e discutamos os 90 anos do POR nesse quadro histórico de construção do partido revolucionário. Pode haver revisão destruindo o partido, pode a burguesia esmagar pela força de sua ditadura o partido, mas jamais se eliminará a iniciativa histórica do proletariado de constituir o seu partido. Jamais! Porque o capitalismo é a última sociedade de classe. O proletariado é a força social que irá soterrá-la e erguer a sociedade socialista. O capitalismo tem de se transformar em comunismo. Fatalmente.

Já existiram muitas disputas, se essa era uma visão mecânica, ou questionamentos sobre a “fatalidade” do fim do capitalismo. Os acadêmicos se apegam a essa discussão para negar o marxismo. Quando nós falamos fatalmente, estamos falando do ponto de vista histórico, de qual o destino do capitalismo. O capitalismo hoje está vivendo uma retomada da barbárie em patamares mais elevados, que foram expressas na primeira década do século passado, e chegaram a uma monumental expressão na Segunda Guerra Mundial. E depois da Segunda Guerra Mundial, com a vitória do imperialismo, a vitória dos Estados Unidos, a hegemonia norte-americana, nesse processo, parecia que o capitalismo ia entrar numa fase pacífica. E havia uma ideia, da burguesia, que essa fase pacífica só dependia de uma realização: destruir a União Soviética. Derrotar as conquistas do proletariado, depois teria a paz. Aí as relações entre os Estados voltariam a se ajustar.

A tese da Guerra Fria é exatamente essa. A culpa de ainda existir conflito no mundo é da União Soviética. Pois bem, camaradas, a União Soviética se dissolveu em 1991. A China entrou num processo voraz de restauração capitalista. E onde está a promessa de paz do imperialismo? Não é possível. Estamos hoje com duas guerras. Uma na Ucrânia há mais de três anos; outra na Palestina, onde o Estado sionista, apoiado nos Estados Unidos, leva a cabo um massacre a céu aberto da população palestina indefesa, totalmente carente de armas para combater a capacidade da burguesia israelense e do imperialismo. São sintomas da desintegração do capi-

talismo e avanço da barbárie. Vejam a dificuldade do imperialismo de estabelecer um plano de paz para a Ucrânia, que não seja um marco onde os interesses da burguesia sejam a supremacia de uma classe poderosa. Há muito não ouvíamos a palavra Terceira Guerra Mundial. Agora se tornou uma palavra que fala de um perigo palpável. São os intérpretes da burguesia ou mesmo da oligarquia russa que dizem: olha, o que vocês querem aí, rearmando a Europa? É uma terceira guerra mundial. Vocês vão rearmar a Europa? Não é por causa da expansão da Rússia. Vocês vão rearmar a Europa porque vocês estão procurando uma terceira guerra mundial.

Veja como houve um período em que se falava em desarmamento, que se falava em acordos de eliminação dos arsenais atômicos. Os acordos que se fizeram no passado, todos desapareceram. O que temos hoje é uma corrida armamentista que nos traz a sombra da Segunda Guerra Mundial. Como sempre, primeiro vêm os sintomas. Antes de uma grande conflagração, se têm os sintomas. Assim como a doença que toma o corpo, primeiro aparecem os sintomas. Certo? Sintomas. É nesse marco de decomposição da ordem mundial que se coloca a questão da construção do partido. Tornou-se uma questão de vida ou morte organizar a classe operária e os demais trabalhadores sob a direção da vanguarda revolucionária. Sem o partido do proletariado, sem a classe operária tomar em suas mãos a luta contra o capitalismo, as tendências bárbaras de desintegração do capitalismo, o aumento da pobreza, da miséria, da opressão nacional, do choque entre países, inclusive entre nações pobres na África, com suas guerras civis, a exemplo do Sudão que se dilacera, a barbárie ganhará mais e mais terreno. Nesse processo, está o imperialismo, os interesses do grande capital, das multinacionais.

Então veja que o POR é um exemplo de construção do partido nas condições difíceis. Quando começou a ser construído, em 1935, a oposição de esquerda russa, dirigida por Trotsky, estava travando uma batalha infernal contra o revisionismo estalinista e a fermentação do termidor restauracionista. Trotsky foi expulso em 1929. Em 1933, ocorre a ascensão do Hitler. É quando se decide construir a Quarta Internacional. Vejam que o POR nasceu em 1935, aqui vai ser narrada a sua história de 90 anos. Na história, 90 anos não é nada. Se tomar, evidentemente, em escala da história. Essa é uma escala distinta da biológica. Mas na escala histórica, um partido que se preserva por 90 anos tem de ter uma explicação histórica. Porque é um partido que nunca roubou. Nunca ocupou cargo do Estado. Nunca, os seus militantes, ganharam para militar. Não tem rendado. Nunca houve um rendado no POR. Os outros partidos se legalizam e obtêm recursos do Estado. Temos nosso exemplo no Brasil. PCdoB, PSOL, PCO e UP receberam 3 milhões cada um. Então, podem criar as camarilhas profissionalizadas. O POR não tem profissional pago. Mas o POR tem um profissional que é de outra natureza. A natureza do profissional que se move única e exclusivamente por convicção histórica sobre a necessidade da revolução proletária.

A construção e desenvolvimento do partido revolucionário no interior da classe operária implica formar quadros militantes, firmes, que enfrentem golpes militares, como o POR enfrentou, assassinatos de militantes, e que se mantêm em pé. O POR é esse exemplo que nos inspira, que foi e é decisivo para a construção do nosso partido. Devemos enormemente ao Guillermo Lora, que esteve duas vezes no Brasil. Esteve no nosso nascimento. Devemos muito às obras completas do Guillermo Lora. Reflitam sobre o significado para o marxismo e o proletariado a obra de 70 volumes, produzidos em um país pobre, miserável, de cultura ainda arcaica, indígena. Se tem uma obra extraordinária construída no berço de um país atrasado, quando aqui nós temos mediocres que posam de intelectuais do marxismo. Se espremermos a esquerda brasileira, veremos o quanto de impostores se dedicam a combater o POR da Bolívia.

Hoje nós estamos fazendo esses 90 anos. Aqui estão o camarada Ulisses do POR da Bolívia e o camarada Ramón da Argentina.

Ambos são dirigentes do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) E eles terão meia hora cada um para fazer as suas colocações sobre os 90 anos.

Vamos também realizar um Ato dos 90 anos na Argentina e na Bolívia.

Esse Ato é uma iniciativa da direção do Comitê de Enlace, que reconhece as condições de profunda crise de direção. De forma que somos obrigados a aproveitar todas as situações, como a dos 90 anos do POR, para estudar o marxismo e assimilar as experiên-

cias da luta de classes. O que estamos fazendo no Ato dos 90 anos não é jogar confete no POR. Não é soltar rojão e falar, nós somos os marxistas, nós vivemos 90 anos. Não é para isso. Mas é para aproveitar a experiência de um partido que manteve a luta sem cair. E, sobretudo, manteve a luta enfrentando os traidores da revolução.

Passo a palavra aos companheiros.

Viva os 90 anos do POR da Bolívia!

Viva! Palmas.

Pronunciamento de Ulisses, seção boliviana

Estou aqui aprendendo com vocês.

Estamos envolvidos em uma mesma tarefa, a de colocar em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista. Um problema que nem vocês nem nós sabemos como resolver — estamos caminhando, estamos tentando colocar esse partido em pé porque, obviamente, entendemos que o principal problema que atravessam nossos países, a América Latina e o mundo, é a evidente crise de direção, que se manifesta na luta dos povos contra a opressão. A tragédia de Gaza, as rebeliões na África, as lutas na Argentina, na Bolívia e em todas as partes evidenciam esse problema. À medida que o capitalismo se desintegra, essa questão se torna cada vez mais vital para se enfrentar e resolver. E estamos aqui, tentando resolver.

E, claro, o que eu vejo?

Vejo, no caso do POR do Brasil, um partido que está afinando suas ferramentas programáticas para penetrar nas massas exploradas do País, para penetrar no proletariado, no setor social mais importante da América Latina, que deve ser dirigido pelo POR brasileiro.

Mas estamos todos envolvidos nessa tarefa.

E, claro, digo: nesse caminho, o que podemos aprender? O que eu estou aprendendo?

Vou me dando conta da importância do que foi feito na Bolívia. Eu não vivi a época de 1946, quando Guillermo Lora e os militantes do POR daquela época conseguiram a façanha de fundir o partido com o proletariado mineiro. O POR, que existia como uma organização embrionária, pelas circunstâncias da atividade política, viu militantes de La Paz terem de se esconder nas minas — por esse caminho, entraram em contato com os mineiros. Vão conhecendo, vão entendendo como pensam, como creem, como protestam, como falam, como sentem. Essa aproximação vai ligar as ideias rudimentares do programa do partido, deixado por José Aguirre Gainsborg, ao proletariado.

O grande acerto de Aguirre Gainsborg, o fundador do POR, foi que, ao vincular-se à oposição de esquerda no Partido Comunista Chileno, vai enunciar que, no caso boliviano — apesar de a Bolívia ser um país tão pobre e atrasado —, correspondia organizar um partido bolchevique de estrutura celular, com a convicção de que, embora o proletariado boliviano não fosse maioria, sua condição de classe não proprietária o tornava a classe revolucionária. Essa era a ideia Aguirre.

Em torno dessa compreensão Aguirre irá organizar a esquerda boliviana trotskista, e, junto com outros grupos, fundará o POR em 1935 na Argentina. Mas, dali a penetrar nas massas há uma grande distância. Aguirre morreu nesse empenho e não viu cristalizado esse prognóstico programático — que será verificado pela realidade. Isso virá depois. Será necessário o acúmulo de experiência desse grupo de militantes, que os preparará para penetrar na classe. Vejo que isso que está acontecendo no Brasil.

Vocês estão se preparando para penetrar na classe e estão avançando nesse caminho. Mas, digo que não haverá as Teses de



Pulacayo. Como será aqui? Quando poderemos dizer que o POR do Brasil penetrou na classe operária brasileira, e que é a expressão política do proletariado brasileiro? Quando poderemos dizer isso? E, claro, olhando nossa experiência, digo: esse momento começa quando aprendemos a dar forma política ao instinto comunista da classe. Estamos escutando, estamos percebendo como fala, como protesta, como se organiza. E, claro, o partido, usando o método marxista, tentar dar expressão política a esse sentimento. Isso é o que Guillermo Lora fez. Isso é o que está nas teses de Pulacayo.

É uma conjuntura particular, porque não é em qualquer momento que se pode realizar a fusão entre a rebelião instintiva e a ideia política marxista. Não é qualquer dado que gera esse encontro. No caso boliviano, nossa experiência mostra que é uma conjuntura particular. O governo de Villarroel havia caído. A oligarquia liquidou o presidente Villarroel, que aparecia aos olhos dos operários como o redentor do proletariado. Foi o governo que criou o Ministério do Trabalho, organizou a Federação dos Mineiros, realizou o primeiro congresso indígena — e aparecia aos olhos das massas como um governo redentor, que caminhava para emancipar os oprimidos do país. Essa era a ideia.

E veio o golpe contrarrevolucionário da oligarquia, em junho de 1946, e os mineiros perceberam uma ameaça: “Irão nos tirar tudo que conquistamos.” “Não podemos permitir.” Esse sentimento foi percebido pelo partido. O partido entendeu, sabia como se movia. E, por isso, as teses de Pulacayo puderam dar uma resposta: “Se não queremos ser destruídos, temos de tomar o poder. Podemos agora. Nós, operários, mantemos o País com nosso trabalho. Podemos tomar o poder.” E isso foi uma esperança.

Não é que os mineiros tivessem lido as teses de Pulacayo. Os trabalhadores comuns não leram as teses. Simplesmente sentiram que ali estava a resposta. Sentiram que essa era sua ideia. Que dizia: “Por aqui, vamos acabar com nossa desgraça.” E como o país estava tensionado, a mensagem se espalhou por todo o território.

Guillermo conta que, no dia seguinte à aprovação das teses no Congresso Mineiro de novembro de 1946, a empresa Patiño Mines, um dos oligarcas mais ricos da Bolívia, pagou para publicar na imprensa a denúncia dos planos comunistas na Bolívia, vindos desde as minas e impulsionados pelos trotskistas.

Tive a sorte, quando era militante — fazia pouco que tinha entrado no partido — de estar vendendo o jornal do partido na rua. Entramos em um ônibus com pessoas de diferentes setores e um velho camponês me chamou e disse: “Esse é o meu jornal, traz aqui.” E me mostrou a folha amarela guardada por ele há anos, da publicação da tese de Pulacayo no jornal La Patria da Patiño Mines.

Guillermo disse certa vez: “Não tínhamos plena consciência do que havíamos feito.” “Havíamos desencadeado os impulsos da rebelião social — essas forças que vão transformar o mundo, que vão mudar o país.” E sim, isso aconteceu. Esse encontro, essa apropriação do proletariado das ideias revolucionárias, levadas pelos militantes do partido, vai transformar o proletariado. Vai encorajá-lo. Vai fazê-lo sentir-se com poder. Vai fazê-lo pensar que pode tomar o poder. E isso vai transformar o partido. O partido não poderá seguir sendo o mesmo. Terá de ajustar seu funcionamento. Terá de aprimorar sua ferramenta programática. Vai mudar o país.

Por que esse acontecimento, no qual o proletariado intervém na luta social do país como força politicamente consciente, vai influenciar as universidades, o magistério e até o exército? Por que vai transformar o país? Por quê? Porque estamos tocando no nervo da história. Porque foram desencadeadas as forças que movem a história, que transformam o mundo. Isso é a revolução. E ela está aqui. Não é para as calendas gregas. Não é que a revolução está logo ali na esquina, não. Engano! Ela está aqui e agora, concretamente, nisto que estamos fazendo, quando dizemos que estamos empenhados na tarefa de resolver o problema do Partido Mundial, é isso: a revolução aqui e agora, não na volta da esquina. Porque estamos impulsionando esse processo. Então, quando poderemos dizer que o POR do Brasil se entroncou com a classe operária? Não vai se repetir. Não pode se repetir o que se passou na Bolívia.

Eu penso, digo: vejamos as camaradas do Chile. Eles ainda estão muito atrás. Estão em uma fase terrivelmente larvária. Vocês estão quilômetros à frente. E podemos ver esse espectro. Penso no Partido Bolchevique de Lenin. Como começou? Como um grupo de intelectuais, nos círculos de Emancipação do Trabalho, fora da classe. E em que momento o Partido Bolchevique penetrou na classe operária russa? Teve de conhecer a Rússia, buscando penetrar no proletariado. Nós também fomos obrigados a conhecer o país. Chegamos ao que chamamos “as leis da revolução boliviana”. O POR desenvolveu o programa da revolução na Bolívia.

E claro, há um momento — que não sei qual exatamente — em que o Partido Bolchevique de Lenin se converteu na expressão política do impulso de instintivamente comunista e revolucionário do proletariado russo. Na Bolívia, podemos afirmar que somos isso. Por quê? Porque — e eu não estava naquela época — aprendemos no partido que o mais importante da atividade militante, onde quer que se esteja (na universidade ou em outro lugar), é o de transformar a rebelião elementar das massas em política. Em criticar o que acontece à luz do programa. Discutir com as massas. Mostrar, por exemplo, que o caminho de seguir o Movimento ao Socialismo (MAS) não leva à revolução.

Acreditar nas bobagens do indigenismo é o caminho para perder a perspectiva revolucionária. E, assim, todos os meandros do processo político nos obrigam a desenvolver o programa, a compreender melhor como a revolução pode se constituir.

Acho que vocês sabem sobre esse caminho. E, seguramente, a penetração na classe operária vai se cristalizar, não só quando formalmente puderem falar a linguagem dos trabalhadores — o que já ocorre, porque a burocracia sindical sabe mimetizar — mas também quanto à capacidade de formular a política e de permanecer

lá, discutindo com a classe. O partido será dirigente do proletariado se tiver conseguido consolidar sua presença organizada no seio da vanguarda da classe. Isso ocorreu em 1946. Guillermo e os militantes já tinham uma célula de militantes mineiros, inseriram-se na vanguarda da classe, que organizam, discutem com suas camadas atrasadas, condicionadas por outros partidos. Os nacionalistas do MNR, o estalinismo e as variantes atuais do centrismo revisionista não haviam se criado como tal, mas, as camadas atrasadas se expressavam através dessa linha. O fundamental é que o partido se desenvolverá no seio da classe, como expressão organizada da vanguarda da classe, em polêmica com as camadas atrasadas no seio da mesma classe. E essa polêmica não ficará restrita às minas, irá para as universidades, a todas as partes, marcando a fogo todo o processo histórico.

Então, quando o POR do Brasil poderá dizer que é expressão do proletariado brasileiro? Quando, tendo aprendido a dar forma política ao instinto comunista, terá se organizado no seio da vanguarda do proletariado brasileiro. Creio que aqui são os metalúrgicos, que são dos setores mais importantes. Não se pode pensar na revolução se não temos presença nos setores fundamentais do proletariado em cada país. Na Bolívia são os mineiros, em que pese o seu número reduzido, continuam sendo, pelas suas tradições e pelo lugar que ocupam na produção.

Pelo tamanho da economia do Brasil, no momento em que o POR do Brasil passar a dirigir a classe operária, a definir as reivindicações, será importante para indicar o rumo da revolução mundial. Digo isso baseado em nossa experiência. Na Bolívia, vamos aprendendo ao ver o que vocês fazem e que às vezes passamos por cima, não nos parecendo substanciais. Ou nos parecem importantes, mas não tão vitais como agora, no que diz respeito à tarefa de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, de assimilar as experiências que ninguém mais tem, a não ser o Comitê pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), é vital. Vemos as outras correntes, sem pretender ofender, se comportarem como atores teatrais do trotskismo. Correntes que se juntam, se separam e voltam a se juntar, fazendo todo tipo de cambalhotas e não chegam nem à esquina. Não podem expressar como o POR boliviano, que tem 90 anos de existência e nunca arriou suas bandeiras, uma rica experiência na luta de classes voltado à revolução social. E que, por isso, sempre foi expressão viva do processo político.

Todo este percurso é um processo polêmico, que nos tem obrigado a afinar diversas questões relativas aos problemas do desenvolvimento, acerca da teoria do foquismo aventureiro, da resposta perante a debacle do nacionalismo burguês, da resposta a isto que representa a forma mimetizada do nacionalismo sob a roupagem indigenista do MAS etc.

Provavelmente, com semelhante capital político, organizativo e ideológico, ainda assim vão nos dizer: “vocês são poucos e estão à margem do proletariado”. E, efetivamente, como consequência do processo político geral latino-americano e boliviano, a derrota que sofreu o proletariado boliviano com a derrota da Assembleia Popular marcou a fogo tudo que veio depois. O que vai ocorrer? Do ascenso que vai de 1946, passando pela revolução de 1952, à Assembleia Popular de 1971, chegamos ao ponto em que os mineiros puseram em pé o primeiro soviete latino-americano. Indicaram nitidamente que seu objetivo era tomar o poder. Procuravam materializar o que se disse em Pulacayo. Mas, o Plano Condor, as ações da reação esmagam e derrotam a Assembleia Popular e o proletariado retrocedeu.

Creio que o Partido não tinha plena consciência da dimensão do retrocesso. Acreditávamos que era uma questão conjuntural. Eu ingressei no partido na época da queda de Banzer. Quando ingressei no POR, estava convencido do que disse, ou seja, de que o retrocesso era momentâneo. De que muito rapidamente o proletariado voltaria às altas posições anteriores. Mas, só depois

pudemos avaliar a dimensão da derrota. Havia se produzido um retrocesso político. Esse proletariado que em 1970 disse: tomemos o poder agora e nos preparamos para fazer isso já, chega a renunciar a essa ideia e dizer que o caminho para a tomada do poder é a democracia burguesa, deixando-se conduzir pelos partidos reformistas eleitoreiros. E tudo isso vai preparar sua derrota e sua dispersão com a realocização dos mineiros e a aplicação da política neoliberal. O POR ficou à margem da classe. A velha vanguarda mineira foi dissolvida e o proletariado que ficou era e é um proletariado jovem, desconectado de sua tradição. Não a compreende, não a encarna e o partido se viu obrigado a sobreviver na classe média e no magistério. Mas, claro, não podem destruí-lo. Porque entre nós está o programa, essa experiência sintetizada no programa desse fenômeno que explicava, o de ter aprendido a dar forma política ao instinto comunista da classe. Isso não podem apagar e por isso não nos podem liquidar. Por isso, o POR não pode desaparecer. Inclusive a morte de Guillermo Lora, para muitos, significava o seu fim. Dizia-se que os trotskistas bolivianos nunca mais se levantariam. Nossos adversários erraram completamente. Isso porque temos o programa como a síntese dessa experiência, desse processo. A chave está aí: o partido aprendeu a transformar o instinto comunista do proletariado e se enraizou na classe, estruturando-se aí.

Creio que esse percurso do POR boliviano pode servir como experiência. Estamos aprendendo como funciona o partido mundial da revolução socialista. A experiência recente da polêmica acerca de se a Rússia já é um Estado operário ou não, nos fez entender como deve funcionar o centralismo democrático em escala internacional. Mas estamos no começo. Estamos aprendendo. Eu quero lhes pedir, que diante do Congresso do POR boliviano, que ocorrerá no próximo mês, como já é uma prática no CERQUI, os documentos sejam discutidos nas seções nacionais. Devem ser conhecidos pelos militantes de todas as seções para que opinem. Claro, nós vamos a votar, porque é um problema da revolução na Bolívia, não podemos pedir que vocês votem, mas será muito útil que nos digam o que lhes parece mal, ou que lhes parece demais ou o que sobra. Vamos debater do que se trata a discussão voltada a enfrentar o problema de como ser direção das massas no país e, obviamente, no continente.

Muito obrigado.

Viva os 90 anos do POR!

Aplausos!

Pronunciamento de Ramon, seção argentina

Camaradas,

Vamos começar com a última consideração do camarada Ulisses. O fato mais importante na história do POR é o seu programa. Um programa que foi ajustado à medida que interveio na luta de classes, dando respostas aos principais problemas da sociedade.

O camarada apontou a resposta à questão militar e camponesa, mas também respondeu ao problema da coca, ao problema da dívida, à relação com o mercado mundial, e não parou por aí. O POR boliviano foi capaz de responder na época ao problema do foquismo na Bolívia, foi capaz de responder ao problema da revolução cubana no momento em que estava acontecendo, não 30 anos depois, mas sim quando a revolução cubana tinha acabado de triunfar.

O POR boliviano foi capaz de alertar sobre o perigo da Perestroika, ou seja, que esse era o caminho da contrarrevolução. E foi capaz de polemizar a partir da Bolívia, de uma Bolívia isolada. Pôde polemizar com as correntes do mundo inteiro e dizer que aquilo era uma armadilha, o caminho que levaria à vitória da contrarrevolução. E foi capaz de caracterizar corretamente a Perestroika e a Glasnost.

Esse partido tem uma vantagem em relação aos outros. Tudo está escrito, tudo está documentado, como disse Guillermo: somos um partido de publicistas. Tudo o que fazemos, tudo o que estamos lutando, estamos deixando por escrito, está documentado, toda a história do POR pode ser reconstruída porque está nos documentos, está nos jornais, está nos livros e está no sangue do proletariado boliviano. É por isso que pode ser reconstruído.

Temos um problema. Temos a tarefa histórica de reconstruir o Partido Mundial. E a base, a base de granito em que nos apoiamos é o programa, é o partido, é o POR da Bolívia.

E nesta tarefa nos encontramos com um problema, porque estamos abrindo um debate com outras correntes internacionais. Porque estamos no Chile, Bolívia, Argentina e no Brasil, mas precisamos estender o trabalho de construção do partido mundial para o mundo inteiro. E, um problema que aparece nessa luta com todas as correntes são os preconceitos, as mentiras e as falsificações que as esquerdas têm feito sobre a história do POR boliviano. Isso é um problema.



Como vamos reconstruir a Quarta Internacional com correntes que mentiram e falsificaram a história? Precisamos acertar as contas com todas essas correntes. Isso é um problema porque um dos méritos mais extraordinários do POR boliviano é que conseguiu sobreviver isolado. Muito isolado, porque está no meio do continente, em uma situação de fechamento territorial. Está politicamente isolado porque a Quarta Internacional o ignorou. Foi isolado pelas correntes revisionistas que não quiseram entender, não souberam entender esse problema central que é a construção do programa, que é construir o partido em torno à estratégia da ditadura do proletariado, da revolução social. Este é o problema dos problemas. E esta é a base sobre a qual foi isolado. Por quê? Porque, de alguma forma, a experiência do POR contrasta com a experiência de todas as correntes revisionistas. O POR foi submetido a um isolamento brutal.

Então, quero me referir a um caso específico para que possamos ver a magnitude desse problema. Uma das correntes que mais gerou preconceitos e mais mentiras em torno do POR da Bolívia foram os morenistas (correntes que herdaram as posições revisionistas de Nahuel Moreno).

Na Argentina, Nahuel Moreno semeou muitos preconceitos. Quando nos apresentamos a um militante morenista como POR ... "Ahhh, em 1952, o POR traiu a revolução, depois fez frente com a burguesia em 1971, depois, em 1985, não conseguiu liderar os

mineiros. É um partido que se recusou a construir a internacional”. Esses são os preconceitos que incutem na militância para bloquear, para eliminar o POR boliviano.

Então, vou usar um texto como exemplo. Alicia Sagra publicou um livro chamado *A Internacional*, uma luta permanente contra o sectarismo e o oportunismo. Comprei-o na banca de uma organização morenista em Buenos Aires.

Curiosamente, grande parte da história que se refere à Quarta Internacional é voltada contra o POR boliviano. É um livro dedicado a Nahuel Moreno. A autora afirma ser uma militante da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT). Faz um retrospecto interpretativo da origem da Quarta Internacional e coloca o problema que o pablismo significou na sua primeira etapa. Então diz que essa direção desastrosa da Quarta Internacional causou problemas terríveis, quando decidiu que, diante do perigo de que uma Terceira Guerra Mundial pudesse vir, embelezou o Partido Comunista, os stalinistas que haviam sido fortalecidos após a Segunda Guerra Mundial, e que, portanto, os trotskistas deveriam se juntar, deveriam fazer entrismo, trabalhar com os Partidos Comunistas e também com os movimentos nacionalistas burgueses.

Essa ideia de que, diante do perigo de uma Terceira Guerra, os trotskistas tiveram de se dissolver, tiveram de entrar nos partidos comunistas ou de entrar nos movimentos nacionalistas, então a autora diz que essa estratégia gerou uma tragédia na França. O partido francês se dividiu quando teve de se juntar ao Partido Comunista da França, uma parte foi perdida da militância e outra parte foi assimilada pelo Partido Comunista. Não houve, na França, progresso do trotskismo.

Outra tragédia, diz que foi a Internacional no início dos anos 50, que os trotskistas não souberam responder à repressão contra o levante operário em Berlim pela burocracia. Por quê? Porque não queriam romper com o stalinismo.

Mas Alicia diz que a pior catástrofe da Quarta Internacional ocorreu na Bolívia. E por quê? Segundo a morenista, a consequência mais trágica se viu na revolução boliviana de 1952. A Bolívia era o único país onde havia a possibilidade de uma seção da Quarta Internacional tomar o poder durante o período de pós-guerra. Isso poderia ter mudado a história do continente.

Claro, tal afirmação, se fosse realmente verdadeira, seria uma tragédia. Se de fato o POR boliviano em 1952 pudesse ter tomado o poder e não o tomou, teria traído o proletariado. A explicação é que não o tomou por seus erros, por suas fraquezas, por suas hesitações. Seria uma responsabilidade histórica. Então a autora vai dizer que a crise crônica do trotskismo boliviano é a crise de toda a Quarta Internacional, que a força que o estalinismo e os movimentos pequeno-burgueses adquiriram na Bolívia, na América Latina, tem suas raízes nessa política capituladora, de colaboração de classes, que o pablismo formulou para a revolução boliviana.

Vejam a acusação contra o POR boliviano. Nada menos que o único lugar onde a revolução poderia triunfar, a seção principal da quarta internacional, que era a Bolívia, e, por causa do POR, a revolução fracassou. Que acusação!

Esse é o carma com o qual os morenistas trabalham para gerar danos. O POR traiu, primeiro porque não tomou o poder em 1952. E o que que a autora vai dizer? Reafirmar que uma seção muito forte surgiu na Bolívia, o POR. Com uma importante implantação na classe operária. Em 1946, o POR havia elaborado e aprovado no Congresso da Federação dos Mineiros as teses de Pulacayo. Desde a década de 1940, houve um importante processo de lutas e organização sindical, tanto em relação ao operariado quanto ao campesinato. Politicamente, havia uma situação especial, já que o stalinismo não havia conseguido se firmar na classe operária. O trotskismo alcançou uma grande influência entre os operários, especialmente os mineiros.

Em abril de 1952, a polícia entregou algumas armas aos operários de La Paz. Houve uma revolta de mineiros em Oruro, que foi esmagada pelo Exército e cuja revolta se dirigiu a La Paz. Os operários pegaram um trem cheio de armas. E, a partir daí, derrotaram os 7 regimentos que eram a base do Exército Boliviano. Lá eles tiraram todas as armas. Nesse processo, a COB (Confederação Operária Boliviana) e as milícias operárias foram construídas sob a liderança da nova central. A única Força Armada em toda a Bolívia eram as milícias operárias da COB. Tanto nas milícias quanto na COB, o POR, uma seção da Quarta Internacional, era co-direção.

A revolução teve um novo ímpeto com a insurreição camponesa que ocupou os latifúndios e tomou as terras no vale de Cochabamba e nas proximidades de La Paz. O principal líder camponês da insurreição era um militante do POR. Dito assim: o POR dirigia a COB, o POR dirigia as milícias populares, o POR dirigia os mineiros, as Teses da COB eram as teses que haviam sido aprovadas em Pulacayo, já que foram adotadas pela Confederação Operária Boliviana, que foi criada com a revolução de 1952. Transmite-se, assim, a ideia de que o POR estava na porta do poder.

A tragédia é o raciocínio da autora e de todos os revisionistas, porque o que Guillermo Lora vai explicar, o que o partido explica é que o POR não foi a direção dessa revolução, estava desorganizado e teve uma intervenção, uma participação muito fraca, vinha de uma repressão muito forte. É falso que o partido estava em posição de dirigir o levante. Mas havia uma razão mais forte: as massas acreditavam que o MNR era seu partido, que era um partido revolucionário – a força que iria cumprir todas suas demandas. O MNR era, de fato, uma força muito poderosa e essa correlação política não poderia ser resolvida com um documento da COB, não poderia ser resolvida com alguns militantes à frente dos batalhões de mineiros. O MNR tinha de ser derrotado porque havia ilusões muito poderosas nas massas. Aquele novo governo do MNR, um governo que havia vencido as eleições há alguns anos antes e que a oligarquia o impediu de tomar posse, havia triunfado tendo canalizado a maioria em luta. Então, logicamente, o problema dos problemas da Bolívia era que o MNR tinha que ser derrotado.

E qual foi a proposta do POR?

Que, para conquistar o poder, o partido tem de conquistar as massas. Sem as massas, não é possível tomar o poder e as massas estavam por trás do MNR. O que não se resolvia com uma boa consigna, ou com a ação de alguns quadros reconhecidos na direção da COB.

Era preciso ajudar as massas a perder suas ilusões no MNR. Que elas se choquem e rompam com o MNR e o superem. Isso foi explicado muito bem por Ulisses. Como o partido pode ajudar as massas a se conscientizarem e se libertarem da direção burguesa – esse era o real problema posto na revolução de 1952. Somente assim os explorados poderiam superar o nacionalismo. Não havia como forçá-lo a romper com a direção traidora. E qual foi a luta que o POR boliviano travou? Levantou perante as massas a bandeira da nacionalização das minas. O governo do MNR não queria nacionalizá-las sem pagamento. A palavra de ordem defendida pelo POR foi a da nacionalização sem indenização, e expropriação das minas sob controle operário.

Para quê? Para ajudar a revelar que o governo do MNR não estava disposto a expropriar as minas. Isso começou a gerar um movimento, um embate e um distanciamento com o MNR. Mas esse caminho era inevitável, era necessário ajudar as massas a fazer sua experiência com esse novo governo. A mesma coisa aconteceu com a insurreição camponesa. O problema era: temos de entregar a terra, o caminho é o da revolução agrária. Os latifúndios tinham de ser expropriados, um caminho de choque com a política do MNR.

Mas, o que os revisionistas disseram? Disseram que o próprio POR boliviano, seguindo as ordens de Pablo, seguindo as ordens

dos revisionistas da Quarta Internacional, propôs apoio crítico ao governo. Que se devia apoiar o governo do MNR.

Guillermo Lora e o Congresso boliviano do POR disseram que aquele era um caminho de capitulação, e rechaçaram o apoio crítico. Temos de ajudar as massas a superar, a romper com este governo. Vamos desenvolver todas as lutas, todas as demandas para que essa experiência seja completada, para que as massas possam conquistar essa experiência. A autora diz que, no Congresso de junho de 1953, o POR boliviano adotou uma tese de apoio crítico ao governo do MNR. Guillermo Lora rechaçou essa mentira!

Foi o representante da Internacional, o enviado da Argentina Posadas, em nome do Comitê Latino-Americano que interveio na Bolívia, e trabalhou para quebrar o POR boliviano, para dizer que era necessário se juntar ao MNR, que era necessário apoiar o MNR. Por que essa diferenciação é importante? Porque a direção internacional da Quarta Internacional trabalhou para dividir o POR boliviano. Para pressionar um setor do partido a se juntar ao MNR e dividir o partido.

E é nesse contexto que o POR começa a se dividir. E a facção de Guillermo Lora aparece dizendo: sem apoio crítico! Somos contra a adesão ao MNR. Devemos lutar pela independência política do proletariado. Temos de lutar contra as ilusões no MNR. Guillermo Lora dirá: esta tese do X Congresso de julho de 1953 é a base programática para o desenvolvimento de nossa luta política nos anos seguintes, porque marca o caminho da luta contra o MNR. Tudo isso está escrito. Existem os documentos, existem os congressos do partido, existem as cartas da internacional, existem as posições de Posadas.

Finalmente, essa luta é mantida clandestina, escondida com todas essas questões, sem a seção principal da Quarta Internacional, a seção que poderia tomar o poder. Por que toda a internacional não estava trabalhando, ajudando o partido neste trabalho? Pelo contrário, não houve intervenção para ajudar o partido. Pelo contrário, os revisionistas trabalharam para dividi-lo, para quebrá-lo. É por isso que é tão importante ter um programa, com uma ideia muito clara de independência política diante dessas poderosas ilusões, e a pressão que as ilusões exerceram sobre as massas para que seguissem o governo do MNR.

A segunda questão que este livro vai desenvolver, que também é um preconceito que se repete, é a ideia de que o POR boliviano não queria construir a internacional, não queria se juntar à Internacional. Isso é uma falsidade absoluta! Pudemos verificar, como Atilio apontou no início, como nos vinculamos ao POR boliviano e a resposta do POR boliviano foi imediata: “começemos, formemos um comitê de construção para ver como enfrentamos a tarefa de construir a internacional”. Esta foi a resposta. Isso foi há mais de 30 anos.

Mas, antes disso, o POR havia vivido uma experiência que foi a Tendência Quarta Internacional (TQI), junto com o Política Obrera da Argentina e outros grupos, uma tendência que fracassou, que falhou no início dos anos 1980, porque o Política Obrera decidiu por um caminho eleitoralista, decidiu seguir o caminho de Moreno para romper a relação com o POR da Bolívia. E, antes disso, o POR boliviano esteve no Comitê Internacional e no CORCI até o início de 1979, defendendo um trabalho internacional. Desde o final dos anos 1960, já estava vinculado ao Comitê Internacional.

Bastava rever os jornais Massas, rever qualquer documento ou qualquer panfleto do POR boliviano, para constatar que o partido tinha uma relação internacional e que travava a luta internacional.

A afirmação de que o POR boliviano se isolou e que é um caso de nacional-trotskismo não passa de propaganda fraudulenta. Assim como na França, como o PO na Argentina, os adversários do POR não querem construir a Internacional. Logicamente, isso é uma mentira. É certo que o POR boliviano teve um período de

isolamento da Quarta, porque depois da intervenção dos pablistas na Bolívia, com a Quarta Internacional dizendo que tinha de se juntar ao MNR, procurando fraturar o partido, despertou-se uma enorme desconfiança do POR boliviano em relação à Internacional.

Então, na realidade, o POR boliviano manteve uma política internacionalista o tempo todo, e, para nós, foi muito importante. Quando o Partido Obrero da Argentina explodiu, a primeira referência que tivemos foi a crítica feita por Guillermo Lora em 1984, muito cedo, quando o Partido Verde foi legalizado. Ele diz, muito concretamente: um partido não pode mudar seu nome assim. Não pode abandonar sua tradição. Não pode mudar seu programa, não pode mudar seu Estatuto. Tem de haver uma razão muito poderosa. Então, diz que essa mudança de nome, essa adaptação à legalidade constitucional, à legalidade burguesa é uma dissolução da tentativa de construir um partido revolucionário.

Estamos muito conscientes dessa crítica que Guillermo Lora fez àqueles de nós que éramos militantes no PO. Muito forte. Vimos que era preciso nos relacionar com Guillermo. Decidimos: temos de procurá-lo, porque temos de construir uma organização com Guillermo Lora.

Ele imediatamente nos respondeu como respondeu ao camarada no Brasil. Ele veio para a Argentina, nos encontramos imediatamente e ele disse: a primeira questão que vocês têm de trabalhar é, ainda que seja rudimentar, elaborar um programa. Você tem de dizer que tipo de revolução deve ser realizada na Argentina. Quem são os aliados da classe operária? Que tarefas o proletariado da Argentina tem de cumprir que a burguesia não pôde cumprir? Porque, antes de derrotá-la fisicamente, antes de derrotá-la militarmente, a classe operária tem de derrotá-la ideologicamente. Tem que derrotar a burguesia, dizer que a burguesia não pode mais governar este país, que a classe operária é quem deve tomar as rédeas do país. A primeira coisa que vocês precisam fazer é formular essas ideias em um programa e intervir na luta de classes. E vão corrigi-lo, vão melhorá-lo à medida que intervêm com esse programa. Esta foi a primeira lição de Guillermo Lora. Não copie nada da Bolívia. Trabalhe com o programa e teste-o.

Finalmente, este livro também levanta duas críticas que são frequentemente repetidas pelo revisionismo. Uma é que o POR é sectário e não quer fazer uma única frente com ninguém. Que o tempo todo fala na ditadura do proletariado e na escala móvel de salários. Isso é introduzir um forte preconceito, porque precisamente, se o Partido Revolucionário não fizer propaganda da ditadura do proletariado, quem o fará? Quem vai falar sobre a classe operária tomar o poder, que tem de estabelecer sua própria ditadura? Qual partido vai explicar que a democracia burguesa é uma forma de ditadura do capital e deve ser derrotada?

Portanto, isso é um chavão que aparece o tempo todo. Dizer que o POR da Bolívia é uma seita porque faz propaganda da ditadura do proletariado, não passa de banalidade. Isso, que para nós é a maior virtude, de ser a expressão consciente da luta pela ditadura do proletariado, pela transformação revolucionária da sociedade, para os centristas é sectarismo.

E isso também é uma mentira em relação à frente única. A intervenção na Assembleia Popular, por exemplo, a intervenção na formação da FRA (Frente Revolucionária Anti-imperialista), é uma expressão formidável de unidade, uma ferramenta da unidade da classe operária e um apelo à unidade de todos os oprimidos para lutar pela tomada do poder.

Na última intervenção radicalizada das massas em 2019, se pôde ver como o partido, um partido pequeno, foi capaz de liderar dezenas de milhares nos ataques contra Evo Morales e o governo do MAS. Muitos conhecem a experiência do camarada de Sucre. Ele liderou um comitê cívico, um Cabildo, que liderou mais de

100.000 pessoas. É um partido que lidera a Confederação Operária Departamental de Sucre.

Portanto, este partido tem uma política para conquistar as massas, para se dirigir às massas, não um aparato de unidade para intervir nas eleições. Uma unidade para unificar as massas por trás de um programa, uma perspectiva revolucionária.

Esse desconhecimento faz com que em relação à Assembleia Popular de 1971, como disse o camarada, o primeiro sovieta da América Latina, a autora morenista dedique duas linhas e diga, esta é uma frente com a burguesia, esta é uma frente com os militares para não fazer a revolução. Essa é toda a conclusão. Não se deu ao trabalho de ver como a assembleia popular estava estruturada, qual era o método de construção. Qual foi o programa que foi aprovado. Quais foram as lutas que ocorreram. Qual foi o impacto na Bolívia.

Então, para resumir. Todas essas ideias são repetidas pelos revisionistas para atacar, para isolar o POR. Dizemos que temos a obrigação de combater todos esses preconceitos, porque a tarefa que temos pela frente é resolver a construção do Partido Mundial da Revolução Socialista. E, para isso, temos de responder a esses ataques em nossos países.

Um dos problemas que temos são esses preconceitos, essas mentiras que foram espalhadas, em uma quantidade infinita de publicações.

Às vezes, Guillermo Lora dizia não, não se preocupem, deixem-os falar porque de repente fazem propaganda para nós. Mas isso é relativo. Esse trabalho é feito por todo esse número de intelectuais e causa danos e então temos de derrotar essa política. Faz parte do nosso trabalho.

Por último, gostaria de fazer uma observação. Onde estão esses críticos que pareciam tão ortodoxos, tão defensores do trotskismo? Já em 1954, Nahuel Moreno propôs na Argentina a formação de um partido centrista. Dito assim, desse jeito. Um partido centrista deve ser formado. Três anos depois, Moreno, que publicava um jornal chamado Palavra Operária, juntou-se ao peronismo. Ele se dissolve no peronismo. Aquele que parecia tão crítico do pablismo e contra o entrismo, entrou no peronismo por vários anos e o seu

jornal dizia: "Sob as ordens do general Perón". Esta é uma submissão, uma submissão completa ao nacionalismo burguês.

Saiu em meados dos anos 1960 e se fundiu com o setor de Santucho para formar o PRT. Uma experiência fracassada com a ilusão de que a revolução cubana estava introduzindo outros métodos, outro sujeito histórico com a ideia de que era necessário prestar atenção ao fenômeno, à nova realidade que Cuba impôs, defendendo a unidade com o PRT. Após três anos, se dividem. De um lado, o PRT A Verdade, de outro o PRT O Combatente.

Já conhecemos a história. Mas o PRT A Verdade, do Moreno, foi fazer uma aliança, dois anos depois, com o Partido Socialista Argentino de Coral, num Partido Social-Democrata para intervir nas eleições de 1973. Foram as eleições em que Perón voltou. E, a partir daí, o que prevaleceu nessas correntes é o eleitoralismo, a ideia de que o deve ser formado é um partido de trabalhadores, que a estratégia não é mais a ditadura do proletariado, mas, um governo dos trabalhadores. Essa ideia de que nas eleições se deve intervir não fazendo propaganda bolchevique, não fazer propaganda revolucionária, mas propaganda de tipo social-democrata, adaptando-se assim aos processos eleitorais. A história os julgou muito bem, porque os maiores críticos da história do POR boliviano acabaram seguindo o caminho que criticavam.

Então, vamos à pergunta: por que todas essas calúnias? Por que toda essa mentira? Para esconder suas próprias ações. Porque bastava entrar em contato com a Bolívia, conhecer sua luta, conhecer sua realidade, conhecer seu programa, para entrar em contradição, em choque com sua própria política.

Este é o problema em que temos que trabalhar o tempo todo, porque precisamos reconstruir a Quarta Internacional, e esta é a tarefa mais importante da humanidade, como disse Atilio no início, esta é a crise da humanidade, a crise de direção e este é o nosso desafio histórico na Argentina, no Chile, na Bolívia, que a CERCI encarna.

Obrigado.

Aplausos!

Manifesto do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

90 anos do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR)

A crise de direção e a contribuição dos 90 anos de luta do POR boliviano

Os noventa anos do POR se realiza nas condições de acelerada decomposição do capitalismo, de desabamento da ordem mundial do pós-Segunda Guerra, de prolongamento da guerra na Ucrânia, de genocídio do povo palestino, de ofensiva do imperialismo no Oriente Médio, de retomada do choque armado entre a Índia e o Paquistão, de avanço dos conflitos na África, de rupturas políticas na América Latina, de crescimento dos antagonismos nacionais na Ásia e do impulso mundial à escalada militar. A guerra comercial decretada por Trump, a intensificação dos confrontos econômicos dos Estados Unidos com a China e o rearmamento da União Europeia-Reino Unido refletem e potenciam os antagonismos entre os Estados nacionais.

Os explorados nunca pararam de reagir à decomposição do capitalismo e às suas bárbaras consequências sociais: ao desemprego, subemprego, às demissões em massa, salários miseráveis, precarização da saúde, educação e moradia. Nunca deixaram de se manifestar instintivamente contra a pobreza, miséria e a fome. No entanto, a classe operária tem sido barrada pelas direções reformistas, colaboracionistas, governistas e burocráticas em exercer sua capacidade coletiva de luta por um programa próprio. O que evidencia cruentamente o significado histórico da crise de direção.

A urgência em construir os partidos marxistas-leninistas-trotskistas, fortalecer a vanguarda com consciência de classe e reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista

lista emerge nesse marco de violentos choques entre Estados nacionais e entre as classes. Emerge o programa da revolução social e com ele, a crise de direção.

As experiências e as conquistas do POR da Bolívia, seção do CERQUI, em seus 90 anos de luta pela revolução proletária, por sua vez, se erguem como condição para impulsionar o trabalho internacionalista e engrandecer a luta pela construção do partido-programa. O POR boliviano se agiganta, entre as inúmeras correntes centristas, revisionistas do trotskismo, responsáveis pela desintegração da IV Internacional e obstáculos à sua reconstrução, como um instrumento imprescindível de continuidade da aplicação do programa dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional e do Congresso de fundação da IV Internacional. Esse lugar se deve aos 90 anos de trabalho incessante regido pelo socialismo científico, pelo programa e pela organização leninista do partido.

O POR boliviano foi fundado em junho de 1935 como a seção boliviana da Oposição de Esquerda Internacional organizada por Trotsky. José Aguirre Gainsborg, fundador do POR, estava ligado aos esforços do Secretariado Latino-Americano da Terceira Internacional para estabelecer um partido comunista na Bolívia. É decorrência dessas relações que Aguirre, após seu exílio da Bolívia, que resultou da agitação derrotista contra a guerra do Chaco, sob o pseudônimo de Fernández, atuou no Comitê Central do Partido Comunista Chileno ligado à fração da Oposição de Esquerda Internacional.

O grande acerto do fundador do POR foi compreender que na Bolívia, apesar de ser um país de baixo desenvolvimento capitalista, era necessário criar um partido bolchevique-leninista. Ou seja, com uma estrutura celular capaz de organizar o proletariado. Esse, embora minoritário, devido ao lugar que ocupa na produção como classe não proprietária, é a classe revolucionária por excelência. Está posta historicamente na condição de dirigir a nação oprimida no sentido da revolução e da construção do socialismo.

O acerto desta visão do fundador do POR foi verificado na experiência, a partir da aprovação da programática Tese de Pulacayo. O que permitiu a um pequeno núcleo de novos militantes poristas conseguir se vincular com o instinto comunista e dar-lhe forma política. Não foi uma “afortunada casualidade”, embora a princípio os militantes não estivessem totalmente conscientes disso. Foi, de fato, o encontro entre o acúmulo de experiência na luta sindical da classe – em um momento particular em que a tensão e radicalização da base emerge do instinto comunista – com a presença do grupo de ativistas organizados, que já possuíam a experiência e o conhecimento minimamente necessários para compreender as peculiaridades do temperamento proletário, que possibilitou expressar o método marxista.

A fusão do instinto comunista do proletariado com a teoria marxista-leninista-trotskista, esboçada numa aproximação programática da realidade, tem de cristalizar-se como consciência de classe, consciência de que o proletariado pode aspirar a tomada do poder para libertar a si mesmo e à nação oprimida. Posteriormente, se desenvolveu como uma teoria da revolução boliviana, como conhecimento das leis internas da transformação do país e da sociedade em geral,

e foi sintetizado como o programa do partido, a encarnação da consciência de classe. E, dali para frente, foi influenciando as outras classes oprimidas de modo a conquistá-las para a causa da revolução proletária.

O grito de Pulacayo comoveu o país e o movimento revolucionário internacional. Foram liberadas as forças sociais que remodelariam a classe, o país e os próprios protagonistas do acontecimento. Em algum momento, Guillermo Lora disse que, como “aprendizes de feiticeiros”, eles haviam desencadeado forças das quais não estavam totalmente conscientes.

A partir de então, o partido, assentado nas camadas de vanguarda da classe operária, se desenvolveu numa luta permanente com as camadas atrasadas expressas por outras correntes políticas. Experiência que será estendida a outras classes onde as camadas radicais são conquistadas para o programa da revolução proletária. A pressão do atraso político através da qual a ideologia da classe dominante atua tende a distorcer o programa e a organização do partido, ainda mais quando se trata da ação política do partido operário em outras classes que não são proletárias. A chave está no fato de que, através do método marxista, da aplicação das aquisições programáticas e da experiência militante, o partido pode desenvolver as respostas que os problemas da nação oprimida exigem do ponto de vista dos interesses históricos do proletariado. Nunca separar a tática da estratégia, a resposta conjuntural da perspectiva histórica da revolução proletária, nunca perder de vista o fato de que a missão do partido é organizar a classe para se consolidar como a direção da nação oprimida e conduzi-la em direção à revolução social. Essa tarefa se realiza no partido a partir da célula de militantes, regendo-se pelo fundamento organizativo do centralismo democrático.

Em seu desenvolvimento, foi negativo o isolamento do POR do movimento internacional de organização da Quarta Internacional, como o Partido Mundial da Revolução Socialista. A direção da internacional não conseguiu entender, com precisão, o que vinha acontecendo na Bolívia e o papel do POR nesse processo. Pelo contrário, a intervenção na Bolívia dos representantes da Internacional foi negativa em vários momentos. Não contribuiu para a assimilação crítica da experiência boliviana, que poderia servir para fortalecer a Quarta Internacional.

A explicação para esse desvio deve ser encontrada no fato de que, na maioria dos casos, os partidos que se reivindicavam da Quarta Internacional não eram e continuam não sendo verdadeiros partidos-programa. Não aprenderam, não se forjaram na tarefa de dar forma política ao instinto comunista do proletariado. O que exige penetrar em seu in-

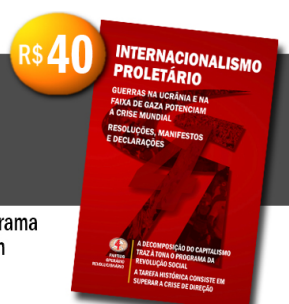
LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



terior. Muitos desses partidos têm militantes operários e até dirigem grandes sindicatos proletários. Mas não são expressão da consciência de classe. Geralmente terminam no oportunismo, quando não na corrupção. São assimilados pela burocracia sindical. Precisamente, por isso, não entendem que o partido é a expressão política consciente do instinto comunista da classe. Não aprendeu a dar forma política e organizativa à rebelião instintivamente comunista da classe e à rebelião anticapitalista das massas na luta cotidiana das bases por melhores condições de vida e de trabalho.

A ausência de uma verdadeira direção da Internacional, capaz de criticar e contribuir para a assimilação da experiência dos militantes bolivianos, determinou que muitos erros demorassem a ser superados ou se repetissem devido ao desconhecimento da experiência internacional.

Pelo contrário, os emissários que vieram ao país careciam da experiência e do conhecimento das particularidades nacionais e do método marxista suficiente para dar sentido às suas críticas. Cometeram, assim, grosseiras



falsificações da história, da prática e da concepção programática e organizativa dos poristas bolivianos. Tudo isso desenvolveu uma profunda desconfiança nos militantes do POR diante de todos aqueles que vinham do exterior reivindicando o trotskismo e a IV Internacional. Essa atitude política resultou no isolamento internacional do partido. A ausência em escala internacional de um Partido Mundial, baseado no funcionamento bolchevique celular, na aplicação do centralismo democrático em escala internacional, fez com que as relações internacionais do partido acabassem concentradas apenas nas mãos do secretário-geral, Guillermo Lora. À exceção de uma parcela dos militantes, o POR boliviano não era, e ainda não é, plenamente consciente da transcendência internacional de sua experiência como partido-programa, que pôde transformar a classe e que marcou a fogo a história do País, inclusive a sua cultura.

O desenvolvimento programático, como se constata na história do partido, foi o resultado da intervenção dos militantes no seio da classe operária e das massas oprimidas, buscando fortalecer a vanguarda organizada do proletariado como a direção da classe em geral e da nação oprimida.

Os marcos mais destacados foram a caracterização da Bolívia como um país capitalista atrasado, de economia combinada, integrada à economia mundial. O que significa compreender, nos fatos, que a maturidade das condições objetivas para a revolução proletária é determinada desde fora das fronteiras nacionais. É nessa medida que as forças produtivas são estranguladas e se chocam com a grande propriedade privada capitalista (multinacionais, burguesia nativa) e com as formas de propriedade pré-capitalistas dos meios de produção sobreviventes, cuja expressão mais importante é a propriedade de pequenas parcelas, fonte da miséria camponesa-indígena.

Dentre as experiências, destaca-se, em geral, a superação crítica do nacionalismo burguês (MNR), que se iniciou como

raivosamente anti-ianque, como expressão do estatismo burguês mais radical da época, comportamento forçado pela presença das massas nas ruas que tomavam os meios de produção. O MNR concluiu de joelhos, como um instrumento preferido do imperialismo



para a aplicação da política neoliberal entreguista e vendepátria, que desmantelou as empresas estatais em benefício da burguesia nativa e do capital financeiro imperialista. A experiência do governo do MAS, uma variante do nacionalismo burguês escondida atrás das roupas indigenistas e da esquerda reformista, foi a reedição em miniatura do ciclo nacionalista burguês. Mais uma vez, confirmou-se a tese programática de que não é possível esperar, na época imperialista do capitalismo em decomposição e no quadro da preservação das relações capitalistas de produção, um desenvolvimento integral das forças produtivas, que permita superar o atraso e a fome e estabelecer um amplo regime democrático em benefício da maioria.

O desenvolvimento da crítica marxista do aventureirismo foquista - que teve como pivô as ações do Che Guevara na cordilheira de Santa Cruz de Nancahuasu e que conseguiu desorientar uma grande parte da vanguarda revolucionária das massas e em particular o setor estudantil - fortaleceu a linha programática do partido. Afirmou-se que o POR apoiava a luta armada. Mas, para os marxistas, esta deve estar subordinada à mobilização e ações das massas proletárias e dos trabalhadores do campo e da cidade. O

que é oposto ao foquismo - uma expressão de subjetivismo, voluntarismo e messianismo pequeno-burguês, que pretende que o foco armado amadureça as condições objetivas e subjetivas à mercê da vontade.

A experiência da assembleia popular e a subsequente organização da FRA permitiram confirmar a justeza da tática leninista da frente anti-imperialista, que significa a unidade da nação oprimida sob o programa revolucionário e a direção política do proletariado. Pressionadas pela radicalização do ascenso revolucionário das massas, as tendências reformistas e até mesmo algumas tendências burguesas são forçadas a aceitar a direção do programa proletário. Não é que se transformaram de reacionárias em revolucionárias, mas, por oportunismo, abaixam a cabeça esperando a melhor oportunidade para retomar suas posições contrarrevolucionárias tradicionais e dar um golpe destrutivo na unidade revolucionária anti-imperialista dirigida pelo proletariado. Essa experiência foi realizada e assimilada programaticamente pelo POR, principalmente com a Assembleia Popular.

O desenvolvimento programático do partido, seu enraizamento nas massas operárias e exploradas do campo e da cidade, foi projetado para outras classes sociais. As camadas de vanguarda são conquistadas para a estratégia revolucionária. O POR, sistematicamente, trabalhou e trabalha para tornar realidade a aliança dos operários, camponeses e classes médias empobrecidas. Encarna a tática que permite os explorados avançarem em direção à revolução proletária e ao estabelecimento do governo operário-camponês (ditadura do proletariado). A revolução social na Bolívia impulsionará a luta pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Essa linha estratégica pela qual o partido se guia não se baseia na repetição de generalidades programáticas. O POR, em sua construção e experiências de décadas na luta de classes se viu na necessidade de conhecer as particularidades de cada setor e desenvolver uma resposta programática do ponto de vista dos interesses históricos do proletariado.

A aplicação do método marxista ao conhecimento das particularidades nacionais permitiu desenvolver a política militar do proletariado. O partido se viu diante do imperativo de enfrentar a solução do problema do armamento das massas. Guiou-se não apenas através da organização de piquetes armados de autodefesa, que eram as milícias armadas que surgiram em 1952 e ressurgiram em cada conflito social, particularmente na mineração, mas também através da demonstração de que é possível desenvolver uma tendência revolucionária dentro das Forças Armadas, apoian-

do-se na parte mais saudável, honesta e comprometida com a nação dos jovens oficiais, suboficiais e tropas.

Na medida em que a crise de direção se acentua como consequência do fracasso do centrismo oportunista, convertido em partidos eleitorais, democratizantes e reformistas, que abusivamente ainda se reivindicam da IV Internacional, na medida em que os aventureiros que acreditam que a reorganização do partido mundial será o resultado de barulhentos e pomposos congressos internacionais, à margem das determinações e delimitações programáticas claras, na medida em que tudo isso está mostrando sua inutilidade para a superação da crise da direção proletária, a assimilação crítica da experiência do POR boliviano adquire maior importância para assumir a tarefa de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista. Adquire maior importância quando os militantes das seções nacionais nascentes avançam a penetração político-organizativa no proletariado e nas massas dos seus países.

O futuro da humanidade depende da solução do problema da direção revolucionária do proletariado, da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a Quarta Internacional. Neste caminho, o CERQUI deu passos importantes. Em particular, aprendemos a aplicar o centralismo democrático em escala internacional, a lidar com as divergências para que não se transformem em divisões aventureiras, trabalhando para superar as tendências federativas. Aprendemos que a direção internacional se constitui na medida em que responde aos diferentes problemas da luta de classes em escala internacional e nessa medida constrói a unidade de ação que deriva de uma adequada discussão interna. Estamos redescobrimo o que significa ser um único Partido com uma disciplina internacional, baseado no centralismo democrático e na estrutura bolchevique celular. Mas, ainda estamos começando, porém, com a certeza de que estamos no caminho certo, que é o de constituir partidos-programa, firmemente enraizados no proletariado de cada país.

Lutemos pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!

Fortalecer o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional!

Pôr em pé os partidos marxistas-leninistas-trotskistas em todo o mundo!

Viva os 90 anos do Partido Operário Revolucionário da Bolívia!

Aplausos do plenário.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Palestina

Crescem conflitos internacionais em torno ao massacre na Faixa de Gaza

Trata-se, porém, de erguer a Frente Única Anti-imperialista, sob a política da classe operária

Israel e os Estados Unidos caminham no sentido da anexação da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. A ofensiva militar, reiniciada em 18 de março, após a quebra do acordo de trégua por Israel, se realiza sob o plano de ocupar definitivamente o pouco que resta do território palestino. Benjamin Netanyahu lançou o grito de guerra genocida: “chegou a hora de lançar ações finais.” Estima-se que 70% do território da Faixa de Gaza estejam sob o controle militar do Estado sionista. Está certo que boa parte já esteja ocupada para fins de anexação, como pretende Trump. Na Cisjordânia, o governo israelense aprovou uma nova ofensiva de implantação de colônias preenchendo quase todo o território. O combate que se trava atingiu o ponto de impedir a conquista total da Faixa de Gaza e da Cisjordânia.

Somente a luta das massas trabalhadoras do mundo todo pode interromper o genocídio e libertar o território palestino das forças de ocupação. Esse é um momento crucial em que emerge a necessidade de se pôr em pé uma frente única anti-imperialista. Cresce a revolta popular em toda parte contra a mortandade, o uso da fome como arma de guerra e a destruição da infraestrutura da Faixa de Gaza. Sob o signo de “crise humanitária”, se encontra o sentido mais profundo da guerra de Israel contra os palestinos desarmados e pelo objetivo de limpeza étnica. Eis por que a comoção se amplia entre as populações de todo o globo e pressiona os governos até mesmo de potências imperialistas.

Diversos países e regiões vêm anunciando rompimento de relações, de diferentes naturezas, com o Estado colonialista de Israel. Em 1º de maio de 2024, a Colômbia anunciou o rompimento das relações diplomáticas com Israel, em repúdio às ações militares em Gaza. Em novembro de 2023, a Bolívia foi o primeiro país sul-americano a romper laços diplomáticos com Israel, condenando a ofensiva em Gaza como violação flagrante dos direitos humanos. Em âmbito latino-americano, o Chile e o Equador chegaram a convocar seus embaixadores para consultas e anunciaram suspensões de acordos comerciais específicos, embora não tenham rompido o fluxo de mercadorias.

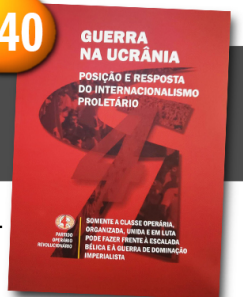
Na Europa, diversos governos declararam embargos e suspenderam exportações de armamentos, combustíveis ou insumos estratégicos, enfraquecendo o comércio militar com Israel. Em fevereiro de 2024, as autoridades da região da Valônia, na Bélgica, suspenderam licenças de exportação de munições para Israel, seguindo determinação do Tribunal Internacional de Justiça, que apontou crimes de guerra. A Dinamarca adotou uma abordagem “muito restritiva”, para autorizar qualquer venda de armas a Israel, avaliando cada pedido caso a caso em razão das consequências humanitárias em Gaza. A Holanda interrompeu a entrega de peças de reposição para caças F-35 usados pelo exército israelense, após decisão judicial determinando que tais exportações contribuíam para violações do direito internacional. Na Itália, apesar de reconhecer notificações de pedidos assinados antes de 7 de outubro, o governo prometeu cessar novas vendas de armamentos a Israel e interromper licenças de exportação de sistemas ofensivos. A Espanha suspendeu, desde outubro de 2023, todo comércio de armamentos e equipamentos militares com Israel, negando o atracamento de navios que transportem conteúdo bélico e bloqueando novas licenças de exportação. A Turquia, por sua vez, anunciou em maio de 2024 a suspensão total de importações e exportações com Israel, afirmando que tais medidas permaneceriam até que fosse garantida a passagem irrestrita de ajuda humanitária a Gaza. O fundo soberano da Noruega incluiu empresas israelenses em sua “lista negra”, retirando investimentos de companhias envolvidas em atividades nos assentamentos, o que equivale a um corte indireto de fluxos de capitais para o complexo militar israelense. Embora a Alemanha resista a um embargo total, o governo alemão expressou críticas mais duras e iniciou um processo de revisão de licenças de exportação de sistemas que pudessem ser usados no conflito, o que representa um recuo simbólico diante das pressões internas. É importante destacar que muitos desses países mantêm laços diplomáticos formais, mas, na prática, impuseram barreiras comerciais e militar-industriais que prejudicam o abastecimento da máquina de guerra israelense.

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

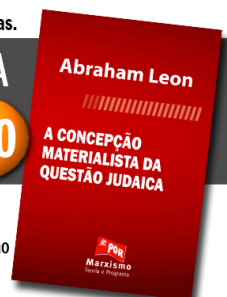
Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

R\$ 30



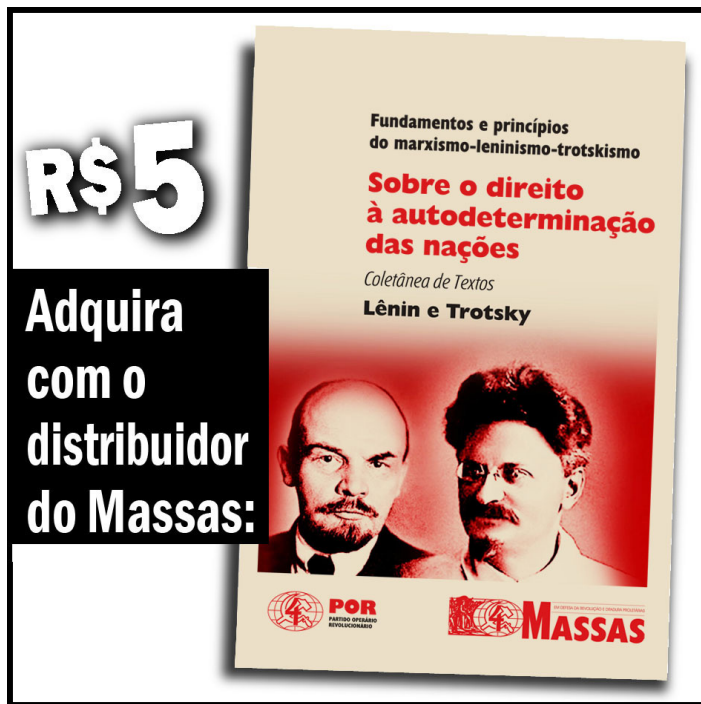
Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

Em diversas cidades europeias, as administrações municipais e regionais avançaram para romper acordos institucionais e parcerias culturais com o Estado colonialista de Israel. Em maio de 2025, a Câmara Municipal de Barcelona aprovou a suspensão de todos os acordos de amizade com Jerusalém e Tel Aviv, rompendo vínculos institucionais e vetando parcerias em feiras comerciais como o Mobile World Congress, além de proibir navios transportando armamentos de atracarem em seu porto. Ao mesmo tempo, cidades, como Ghent (Bélgica), declararam não comprar produtos de empresas que financiem ou lucrem com a ocupação, e o município de Highfield (EUA) aprovou desinvestimentos de companhias envolvidas em violações israelenses. Essas iniciativas, embora limitadas, demonstram uma tendência crescente de isolar comercial e culturalmente Israel.

No Brasil, o Senado Federal aprovou recentemente o “Dia da Amizade Brasil-Israel” (proposto por Dilma em 2013), reafirmando simbolicamente laços políticos com o Estado sionista, enquanto o governo de Lula/Alckmin insiste no discurso de que o que ocorre em Gaza configura “genocídio”. Essa contradição se revela na prática: embora o governo repudie verbalmente as ações israelenses, não houve ruptura de relações comerciais ou diplomáticas — ao contrário, observamos um aprofundamento dos laços econômicos. O Brasil é responsável por cerca de 9% do total de petróleo bruto fornecido a Israel nos últimos nove meses, insumo que abastece tanques, caças e veículos militares usados nos ataques contra a população palestina. É sobre esse combustível que circulam as escavadeiras que demoliram bairros inteiros na Faixa de Gaza e que mantêm as tropas em operação. Na verdade, o volume de combustível fornecido por empresas brasileiras — em especial por meio de contratos estrelados pela Petrobras — quadruplicou nos últimos meses, segundo relatórios das federações sindicais do setor petrolífero (FUP e FNP), que aprovaram uma carta conjunta exigindo o rompimento completo das relações com o Estado colonial de Israel.

Além do setor energético, as exportações de aço brasileiro servem de matéria-prima para empresas como Elbit Systems e IMI (Israel Military Industries), que produzem drones, tanques de guerra e munições lançadas contra civis em Gaza. O lobby do setor siderúrgico, alinhado a interesses do capital nacional e internacional, lucra em cima de sangue, corpos mutilados e órfãos palestinos — onde cerca de 70% das vítimas são mulheres e crianças, segundo relatório da própria ONU. Enquanto Lula declara que “o que está acontecendo na Faixa de Gaza não tem paralelo histórico”, o Brasil aprofunda o comércio bilionário com Israel, obtendo lucros diretos das cadeias produtivas que financiam o genocídio. Isso é uma hipocrisia crua: usar o discurso de que se trata de genocídio enquanto se fomenta o abastecimento de armas e combustível que financiam esse extermínio.

Em sessão do dia 20 de maio, a Câmara Municipal de São Paulo homenageou André Lajst, Presidente Executivo da ONG sionista StandWithUs no Brasil. No âmbito educacional, programas de intercâmbio e “soft power” como o StandWithUs e convênios entre Institutos de Pesquisa e universidades israelenses seguem ativos no Brasil. Universidades como a USP, UFMG, UFABC e outras ainda mantêm convênios de cooperação e recebem palestrantes financiados por fundos ligados ao governo israelense, sem nem



R\$5

Adquira com o distribuidor do Massas:

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

Sobre o direito à autodeterminação das nações

Coletânea de Textos

Lênin e Trotsky

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

mesmo fazer qualquer contraponto crítico sobre a situação humanitária em Gaza. Esses programas colaboram para difundir narrativas que prontamente relativizam ou justificam o bloqueio humanitário e a limpeza étnica, recrutando quadros acadêmicos dispostos a atuar como porta-vozes do lobby israelense no Brasil.

Enquanto isso, os atos e manifestações pró-Palestina que ocorreram em vários países — especialmente na França, Espanha, Itália e Colômbia — reuniram dezenas de milhares de pessoas, deixando imagens de protestos superlotados, repletos de bandeiras e faixas de BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções). No Brasil, porém, os poucos atos convocados, em São Paulo ou no Rio de Janeiro, continuam esvaçados, com participação limitada a militantes de esquerda e representações de entidades, sobretudo estudantis. Essa falta de mobilização de massa demonstra a fragilidade da solidariedade no país, em contraste com a pressão popular avassaladora observada em outros territórios.

Ao mesmo tempo, analistas destacam que o imperialismo não apenas tenta instrumentalizar o Brasil para seus próprios objetivos geopolíticos, mas também que o projeto sionista é de escala mundial: se hoje aterroriza o povo palestino em Gaza, amanhã aplicará o mesmo modelo repressivo em qualquer população oprimida. A ação mais recente do governo Trump, oferecendo recompensa de até US\$ 10 milhões por informações que levem ao “rompimento dos mecanismos financeiros do Hezbollah” na Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai), não é mero combate ao “terrorismo” — é parte de um plano de asfixia econômica que visa desestabilizar os movimentos de esquerda e preparar o terreno para intervenções futuras na região. Fontes no governo brasileiro demonstram receio de que essa iniciativa se traduza em sanções diretas ao financiamento de grupos identificados como “aliados do Irã”, aprofundando ainda mais as tensões geopolíticas. Há registros de conversas, por exemplo, entre parlamentares alinhados a Washington — como Flávio Bolsonaro — e enviados de Trump, em que se sugere ligação entre o PCC (Primeiro Comando da Capital)

e o Hezbollah, estratégia destinada a criar justificativas internas para eventual intervenção militar ou econômica.

Frente a isso, o Partido Operário Revolucionário (POR), com sua linha marxista-leninista-trotskista, posiciona-se da seguinte forma:

Rejeição total ao imperialismo e ao projeto sionista de caráter colonialista e genocida. Repúdio ao programa de recompensas de Trump na Tríplice Fronteira como parte de uma estratégia dos EUA para preparar sanções e intervenções na América Latina. Rechaço ao discurso cínico e lacrimoso de “combate ao terrorismo”, que serve para encobrir interesses geopolíticos e justificar ações predatórias, buscando desestabilizar governos independentes e movimentos populares.

Solidariedade irrestrita ao povo palestino e defesa da bandeira de boicote

Desinvestimento e Sanções (BDS). O POR defende que todas as manifestações de ruptura sejam ampliadas: não se trata apenas de suspender acordos de amizade ou títulos simbólicos, mas de cortar relações comerciais, financeiras, culturais, educacionais e militares com o Estado colonial de Israel. É necessário o embargo integral de combustíveis, armas, peças de reposição e qualquer insumo que sustente a maquinaria bélica israelense; seja reconhecido o direito de retorno dos refugiados palestinos e se efetive a autodeterminação do povo palestino. O POR denuncia veementemente a farsa dos dois Estados. Israel é um Estado imposto pela força colonizadora sionista no território palestino, cuja existência se baseia no deslocamento forçado e na limpeza étnica. A resposta justa é a construção de uma frente única anti-imperialista que unifique todo o movimento antis-sionista internacional e a luta dos trabalhadores no mundo todo pelo direito a autodeterminação do povo palestino.

Denúncia e responsabiliza as empresas nacionais cúmplices do genocídio. É imprescindível investigar e responsabilizar as siderúrgicas brasileiras que vendem aço para Elbit Systems e IMI; as distribuidoras de combustível que abastecem veículos militares israelenses; o setor educacional que operacionaliza programas como Stand With Us; e todo consórcio de empresas privadas e bancos que financiam operações de limpeza étnica em Gaza. Reivindicamos que as centrais sindicais e federações do setor petrolífero (FUP, FNP, CUT, CTB, CSP-Conlutas, UGT e demais) articulem uma campanha nacional para obstruir exportações de petróleo a Israel, pondo em pé a frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária.

Convocamos os trabalhadores da siderurgia, dos portos, dos transportes e da indústria naval a formarem piquetes e a sabotarem embarques de produtos destinados a abastecer a máquina de guerra israelense. Combate às ONGs e programas educacionais alinhados ao sionismo. Expor com unhas e dentes a atuação de organizações como o Stand With Us, Embaixadas israelenses e institutos patrocinados por fundos ligados ao lobby israelense em território brasileiro. Es-

ses programas de “soft power” atuam nas universidades e escolas, criando redes de influência que mascaram o apartheid e o genocídio. E que acusam os movimentos que estão pelo fim do genocídio de antisemitismo. Organizar debates populares, distribuir boletins críticos e produzir conteúdo pedagógico que denuncie a natureza colonialista de Israel e sua cumplicidade com o imperialismo é tarefa urgente.

Mobilização nacional via frente única anti-imperialista. O POR convoca as centrais sindicais — CUT, CTB, CSP-Conlutas, UGT e demais — a unirem as massas dos trabalhadores para organizar um Dia Nacional de Luta em favor da causa palestina e contra o Estado genocida de Israel. Exigimos que, nesse dia, sejam realizadas paralisações totais nas refinarias e bloqueios de ruas e avenidas, assembleias populares em fábricas e universidades e protestos em frente a consulados israelenses e repartições do Itamaraty. O POR luta contra o Estado sionista de Israel com a República Socialista da Palestina e os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio como horizonte estratégico: só um processo revolucionário de caráter internacionalista poderá varrer as estruturas coloniais e criar condições de emancipação para os povos oprimidos. Levantamos os exemplos dos países que romperam com Israel — Bolívia, Colômbia, Turquia, Espanha, Itália, Bélgica e outros — e afirmamos que apenas um partido revolucionário internacionalista é capaz de unificar todas as lutas em torno dessa causa genuinamente anti-imperialista.

O POR tem claro que nenhum desses países capitalistas que de alguma forma condenam o genocídio na Faixa de Gaza pode travar a luta anti-imperialista. Isso porque teriam de se confrontar com o principal responsável da tragédia dos palestinos que são os Estados Unidos. O POR também alerta para não se criar ilusão de que a França, Reino Unido, Itália e Espanha, dentre outros países da Europa, estão por uma ruptura com a política do colonialismo sionista. Na realidade, estão pressionados pela revolta da população abismada com tamanha barbárie.

Em síntese, o POR reafirma sua convicção de que não há ação paliativa ou isolada que valha: somente uma frente única anti-imperialista, sustentada pela mobilização permanente das massas trabalhadoras, poderá frear o avanço do objetivo colonialista e genocida da burguesia sionista e conquistar a liberdade e a autodeterminação do povo palestino.

Conclamamos todos os camaradas a intensificarem a agitação em seus locais de trabalho, estudo e moradia, articular blocos de massa que pressionem governos e empresas, e construir uma rede internacional de solidariedade que se ponha firme na exigência de ruptura total com o Estado colonial de Israel e com o imperialismo.

LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO POSIÇÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.





33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Em nossa campanha de defesa das conquistas da Revolução Russa, temos exposto o percurso do posicionamento da Oposição de Esquerda e da IV Internacional, liderada por Trotsky. Certamente, não temos seguido uma cronologia.

No Jornal Massas anterior, retornamos a novembro de 1925, quando Trotsky divulgou o escrito “Para onde vai a Rússia?”. Nesse momento, ainda lutava no interior do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) contra a emersão do revisionismo estalinista-bukhariiano. As divergências em torno à orientação estratégica da construção do socialismo e à política econômica assentaram a linha divisória entre o estalinismo e o marxismo-leninismo. A condução da economia soviética em meio à economia mundial capitalista colocava o Estado operário diante de contradições particulares e gerais.

Damos, neste número do Jornal Massas, continuidade, extraindo as principais formulações do documento “O Novo Curso”, de dezembro de

1923. Data essa em que Trotsky dirige uma carta ao partido (“Carta Dirigida ao Partido”), cujo objetivo foi o de assinalar a existência dos primeiros sinais de degenerescência burocrática do Partido Comunista russo e fundamentar a defesa do regime centralista-democrático nas condições concretas de construção da transição do capitalismo ao socialismo.

Trotsky aponta que emergia um defeito de ordem principista. Na forma de denúncia, diz que a “burocracia mata a iniciativa e entorpece assim a elevação do nível geral do partido”. A experiência do partido dirigir “coletivamente a classe operária e o Estado proletário” era recente e exigia uma “colaboração ativa e constante da nova geração no quadro da democracia”. Era inevitável intensas discussões e surgimento de divergências que não poderiam ser sufocadas por ações burocráticas. Assim, Trotsky defende: “É necessário que o partido retome a iniciativa coletiva, o direito de livre e fraternal crítica, que tenha a faculdade de se organizar”.

Conclui: “É necessário regenerar e renovar o aparato do partido e permitir que compreenda que não é mais que um executor da vontade coletiva”.

Diante da discussão sobre a possibilidade de surgimento de frações, demonstra que a melhor forma de evitar os perigos do fracionamento é não impedir burocraticamente o surgimento das divergências, de forma que o “burocratismo do aparato é precisamente uma das principais fontes do fracionamento”. O centralismo burocrático é exercido contra a crítica, como se essa fosse uma manifestação por si só de posição divisionista. Nestes termos, em sua carta, Trotsky faz uma veemente defesa do centralismo democrático. Esse embate, em fins de 1923, foi o prenúncio do desfiguramento do regime partidário estabelecido pelo bolchevismo e, portanto, um fator de risco para a relação essencial entre o Estado operário e a classe operária.

Abaixo extraímos as principais formulações seguindo os capítulos do “O Novo Curso”.

As Gerações no Partido

A discussão sobre a velha e a nova geração que passaram a conviver no processo de organização do Estado operário e da economia não devia ser confundida com as querelas do tipo ataques pessoais etc. Havia de se considerar a composição concreta do partido, “tanto do ponto de vista social como do ponto de vista da idade (...)”, para se discutir a questão da democracia partidária. Novos contingentes afluíram ao partido após a revolução vitoriosa. Dentre eles, “trabalhadores pouco conscientes” e “elementos completamente estranhos” à revolução, como “funcionários, homens de carreira e políticos”.

É nessas condições que a centralização e a democracia internas se interagem expressando questões concretas. Inevitavelmente, se gestam crises. Trotsky relata: “A comoção atual, como já foi falado, é o resultado de toda a evolução anterior. Preparavam-na, há bastante tempo, processos moleculares, invisíveis no início, na vida e na consciência do partido”. Estabeleceu-se um momento em que se apresentou o fato de que o “partido vive, de certo modo, dois andares: o piso superior em que se decide e o piso inferior em que se limita a inteirar-se das decisões”. Um “Novo rumo” se apresentará na situação em que a revolução na Alemanha não avançava. O burocratismo

R\$5

Adquira com o distribuidor do Massas:

Trotsky e Nós

Guillermo Lora






ganhava forma. Trotsky conclui: “O fato de que o partido viva em dois pisos separados encerra muitos perigos (...)”. Se persistisse essa situação, “esse regime ameaçaria provocar uma ampla degeneração do Partido em seus dois polos, isto é, entre os jovens e os quadros”. (...) “Em seu desenvolvimento gradual, a burocratização ameaça separar os dirigentes das massas, conduzi-los a concentrar unicamente sua atenção nas questões de administração, nas

nomeações, encurtar seu horizonte, isto é, em provocar uma degeneração mais ou menos oportunista da antiga guarda, ou, pelo menos, de parte considerável dela”.

Eis uma formulação de grande valor histórico: “O partido não pode viver unicamente de reservas do passado. Basta que o passado tenha preparado o presente. Mas é preciso que o presente seja ideológico e esteja praticamente à altura do passado para prevenir o futuro”.

A Composição Social do Partido

Trotsky reconhece que o fundamental não está nas “relações entre as duas gerações”, mas na “composição social do Partido”. As células de fábrica são a base do funcionamento e do controle do aparato estatal. Ocorre que a integração dos operários na estrutura administrativa vinha se realizando em detrimento das células de fábrica. Eis a constatação: “É claro que o desenvolvimento do aparato do Partido e a burocratização inerente ao seu desenvolvimento estão engendrados, não pelas células de fábricas, organizadas por meio do aparato, mas pelas demais funções que o Partido exerce por meio de seus aparatos estatais de administração, gestão econômica, comando militar, ensino. Em outras palavras, a fonte da burocracia reside na concentração crescente da atenção e das forças do Partido sobre as instituições e aparatos governamentais e na lentidão do desenvolvimento da indústria”. Nessas condições, a única forma de combater o corporativismo, o espírito de casta dos funcionários, era a “realização da democracia”.

Segundo Trotsky, “Lênin propunha, para combater a burocracia, apoiar-se amplamente nos estudantes. Por sua composição social e suas relações, a juventude das escolas reflete todos os grupos sociais de nosso Partido, assim como seu estado de espírito. Sua sensibilidade e seu ardor os levam a converter-se imediatamente em uma força ativa desse estado de ânimo. Como estuda, se esforça por explicar e por generalizar. Isso não quer dizer que todos os seus atos e estado de espírito refletem tendências saudáveis (...)”. Por outro lado, as “células de fábricas criam uma relação direta entre o Partido e a classe, essencial para nós, do proletariado industrial. As células rurais criam uma relação muito mais

débil entre o Partido e a massa agrária. Por meio das células militares, colocadas em condições especiais, nos unimos, principalmente, à massa agrária”. (...) “Repetimos que a burocracia do Partido não é uma sobrevivência do período anterior, sobrevivência em vias de dissolução; pelo contrário, é um fenômeno essencialmente novo, que se deriva das novas tarefas, das novas funções, das novas dificuldades e das novas falhas do partido. (...) “O proletariado realiza sua ditadura por meio do Estado soviético. O Partido Comunista é o partido dirigente do proletariado, e, conseqüentemente, de seu Estado. Toda a questão deve realizar-se nesse sentido, sem fundir-se com o aparato burocrático do Estado, a fim de não se expor a uma degeneração burocrática”. (...) “Está claro que esse sentido não é realizável a não ser sobre a base da democracia, viva e ativa no interior do Partido.” (...) “Se a organização do Partido como coletividade é sempre mais rica em experiência que qualquer órgão do aparato estatal, não poderia afirmar-se o mesmo dos funcionários considerados separadamente”.

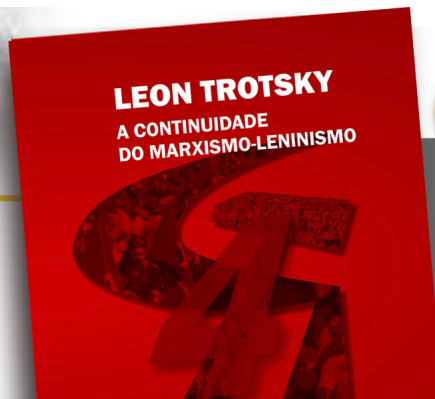
O documento “O Novo Curso” tem a virtude de demonstrar que o partido responsável por dirigir o Estado operário não pode estar submetido à burocracia funcional. Ao contrário, esta deve estar subordinada à direção geral do partido. O partido para ser o fator determinante dessa relação, obrigatoriamente, tem de se apoiar nas células fabris. A democracia partidária, portanto, corresponde ao domínio do proletariado sobre o Estado e a economia.

Observação: No próximo Jornal Massas, concluiremos a exposição do documento “O Novo Curso”.

(As citações foram extraídas do livro “Para onde vai a Rússia? Novo Curso”, Trotsky, Juan Pablos Editor, México, 1974)

Publicado o livro: **LEON TROTSKY** A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020